



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

LAURA GOMES DA COSTA

GÊNERO E PATRIARCADO:
O COLETIVO DE MULHERES DO ASSENTAMENTO ELI VIVE II

LAURA GOMES DA COSTA

GÊNERO E PATRIARCADO:
O COLETIVO DE MULHERES DO ASSENTAMENTO ELI VIVE II

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Sergio Aparecido Nabarro

Londrina
2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

DA COSTA, LAURA GOMES.

GÊNERO E PATRIARCADO : O COLETIVO DE MULHERES DO
ASSENTAMENTO ELI VIVE II / LAURA GOMES DA COSTA / LAURA
GOMES DA COSTA. - Londrina, 2025.
91 f. : il.

Orientador: SERGIO APARECIDO NABARRO.
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina,
Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2025.
Inclui bibliografia.

1. GÊNERO - Tese. 2. CAMPO - Tese. 3. PATRIARCADO - Tese. 4.
RELAÇÕES DE PODER - Tese. I. APARECIDO NABARRO, SERGIO . II.
Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de
Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU 91

LAURA GOMES DA COSTA

GÊNERO E PATRIARCADO:
O COLETIVO DE MULHERES DO ASSENTAMENTO ELI VIVE II

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Prof. Dr. Sergio Aparecido Nabarro
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof.^a Dra. Margarida de Cássia Campos
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof.^a Dra. Roseli Alves dos Santos
Universidade Estadual do Oeste do Paraná -
UNIOESTE

Londrina, 28 de fevereiro de 2025.

AGRADECIMENTOS

Essa dissertação não teria sido possível se não fosse a presença de grandes pessoas em minha vida:

Primeiramente, devo agradecer a pessoa mais importante da minha vida: a minha mãe, Dona Elisângela. Ela é a pessoa responsável pela minha busca pelo conhecimento. Como ela mesma diz: por “querer um futuro melhor”. Mãe solteira, foi plantadora e cortadora de cana-de-açúcar, além de ter passado parte considerável de sua vida trabalhando em um abatedouro para que eu pudesse ter uma vida mais confortável, o que me fez alcançar o título de Mestra. Muito obrigada mãe! Você é a principal responsável por isso! Eu te amo!

Agradeço também ao meu orientador, professor Dr. Sergio Aparecido Nabarro, pela orientação, por ser solícito, por toda a paciência que teve comigo no decorrer do processo e por toda a contribuição e enriquecimento para que este trabalho fosse possível. Sou extremamente grata a você.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Estadual de Londrina (UEL), aos professores com quem tive contato durante este período e que contribuíram para que eu pudesse aprofundar meus conhecimentos. Muito obrigado por todo o suporte que me foi dado.

Agradeço às professoras da banca examinadora de qualificação (e também da defesa), Dra. Margarida de Cássia Campos (UEL) e a Dra. Roselí Alves dos Santos (UNIOESTE). Muito obrigada pelos apontamentos realizados! Vocês contribuíram enormemente para o aperfeiçoamento desta pesquisa.

Agradeço às mulheres do Coletivo Sacolas Camponesas do assentamento Eli Vive II pela receptividade, carinho e atenção que tiveram comigo. Vocês ficarão guardadas na minha memória para sempre! A força e a perseverança existentes em seus corações, em prol da luta por equidade de gênero, justiça social e direito à terra, foram inspirações para mim. Obrigada por me permitir conhecer um pouco mais sobre a trajetória de vocês.

Agradeço a presença dos meus amigos ao longo de todo esse processo: Fran, Felipe e Ronaldo. Muito obrigada por abrirem a porta de suas casas quando precisei. Sou extremamente grata. Além disso, agradeço pela amizade que

criamos ao longo desses últimos anos. Aqui também incluo o meu irmão de orientador, Nicolas, pela parceria e surtos coletivos. Cito também os vínculos criados com Luiz, Isabela, Isabelle, Julio, Stelly, João, Douglas, Daisson, Diego, Johvanny e Ana Caroline. Todos vocês foram essenciais nesta caminhada.

Agradeço aos meus amigos de trabalho: Alisson, Tays e Daiane, pelas palavras sempre muito sábias e acolhedoras e por todo o suporte emocional. Também deixo aqui meus agradecimentos aos diretores das escolas nas quais trabalhei: Cássia, Marcos e Marta, pela compreensão e suporte nos momentos que precisei me ausentar para ir a eventos apresentar meus trabalhos. Meus sinceros agradecimentos!

Agradeço ao meu namorado, João Vitor, pela paciência e companheirismo em todas as vezes que me fiz ausente em prol do desenvolvimento desta pesquisa. Muito obrigado por todo o seu apoio. Também sou grata a sua família, em especial, minha sogra, Silvana, e meu sogro Antônio. Agradeço também à avó Dona Paulina e a Tia Cal pelo acolhimento nos momentos de dificuldades durante este período e pelas palavras de conforto. Amo vocês!

Cabe aqui um agradecimento muito especial aos meus gatinhos: Nina e Juquinha. Obrigada pelo companheirismo enquanto eu escrevia, se fazendo sempre presentes ao lado do notebook ou deitados em cima da janela, nunca me deixando só.

Agradeço também aos motoristas da prefeitura do município de Guaraci que sempre se mostraram solícitos ao me darem carona para que eu pudesse realizar as disciplinas no primeiro ano de mestrado. Também agradeço ao Seu Geraldo, motorista da Viação Garcia com quem criei um laço de amizade depois de tantas idas e vindas de Londrina para as aulas. Obrigada por me incentivar e tornar esse processo menos desgastante.

Por fim, o agradecimento para quem mais me fortaleceu durante este processo: Deus! Obrigada por me fortalecer durante o turbilhão de momentos difíceis enfrentados em minha vida pessoal no decorrer destes dois anos de pós-graduação. Em todos estes momentos, o versículo do livro de Efésios 3:20 se fez presente: “Aquele que é capaz de fazer infinitamente mais do que tudo o que pedimos ou pensamos, de acordo com o seu poder que atua em nós.” Confiei em ti e aqui estou. Muito obrigada!

“Que nenhuma mulher seja violada, e que nenhuma espécie desapareça.” Vandana Shiva

RESUMO

COSTA, Laura Gomes da. **Gênero e Patriarcado**: o coletivo de mulheres do assentamento Eli vive II. 2025. 90 folhas. Dissertação de mestrado em Geografia – Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025.

A pesquisa tem como objetivo discutir as relações de gênero e o patriarcado no campo estudando o caso do Coletivo Sacolas Camponesas, associação das mulheres do assentamento rural Eli Vive II, localizado no município de Londrina-PR. O interesse em torno do tema da pesquisa ocorreu a partir da intenção de compreender como o patriarcado se impõe no campo, interferindo no cotidiano das camponesas, e como estas mulheres resistem e subvertem as imposições das relações de gênero. É sabido que as mulheres militantes do MST contribuíram para criação, organização e consolidação do movimento, inclusive na ampliação das pautas defendidas pelo MST. Por isso, como método de análise, utiliza-se o materialismo histórico-dialético como sustentação das interpretações sobre como a estrutura patriarcal da sociedade contribui para com a opressão sobre o gênero feminino, bem como para a consolidação das relações de poder. Buscar-se-á compreender o papel que as mulheres desempenharam na luta pela terra e quais são as funções e estratégias desempenhadas por elas no assentamento Eli Vive II. Percebeu-se que a participação ativa das camponesas nas esferas política e social do MST contribuiu com o enfrentamento ao patriarcado no assentamento, bem como para a criação do Coletivo, que proporcionou renda, autonomia e autoestima às mulheres. Entretanto, ainda há muita luta pela frente, uma vez que o patriarcado ainda se faz presente no assentamento, dificultando o protagonismo feminino.

Palavras-chave: Coletivo Sacolas Camponesas; Feminismo Camponês; Gênero; Patriarcado; Poder.

ABSTRACT

COSTA, Laura Gomes da. **Gender and Patriarchy:** the women's collective of the Eli vive II settlement. 2025. 90 pages. Master's dissertation in Geography – Center for Exact Sciences, State University of Londrina, Londrina, 2025.

The research aims to discuss gender relations and patriarchy in rural areas by studying the case of Coletivo Sacolas Camponesas, an association of women from the Eli Vive II rural settlement, located in the city of Londrina, Paraná. The interest in the research topic arose from the intention to understand how patriarchy imposes itself in the countryside, interfering in the daily lives of peasant women, and how these women resist and subvert the impositions of gender relations. It is known that women activists in the MST contributed to the creation, organization and consolidation of the movement, including the expansion of the agendas defended by the MST. Therefore, as a method of analysis, historical-dialectical materialism is used to support interpretations of how the patriarchal structure of society contributes to the oppression of the female gender, as well as to the consolidation of power relations. The aim will be to understand the role that women played in the struggle for land and what functions and strategies they performed in the Eli Vive II settlement. It was noted that the active participation of peasant women in the political and social spheres of the MST contributed to confronting patriarchy in the settlement, as well as to the creation of the Collective, which provided income, autonomy and self-esteem to women. However, there is still a lot of struggle ahead, since patriarchy is still present in the settlement, making it difficult for women to take a leading role.

Key-words: Peasant Bags Collective; Peasant Feminism; Gender; Patriarchy; Power.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 – Mapa da localização do assentamento Eli Vive I e II | 16 |
| Figura 2 – Inauguração da Escola Municipal do Campo, Trabalho e Saber..... | 17 |
| Figura 3 – Inauguração da Escola Municipal do Campo, Trabalho e Saber..... | 17 |
| Figura 4 – Escola Municipal Egídio Domingos Brunetto..... | 18 |
| Figura 5 – Escola Municipal Egídio Domingos Brunetto..... | 18 |
| Figura 6 – Perfil de Facebook das Sacolas Camponesas | 60 |
| Figura 7 – Perfil das Sacolas Camponesas no Instagram..... | 60 |
| Figura 8 – Site para a compra dos produtos do coletivo | 61 |
| Figura 9 – Área onde será construída a panificadora da associação de mulheres..... | 64 |
| Figura 10 –Mercado do Eli Vive I | 65 |
| Figura 11 –Oficina de produção de adubo orgânico - Bokashi..... | 66 |
| Figura 12 –Oficina de produção de adubo orgânico - Bokashi..... | 66 |
| Figura 13 –Oficina de produção de adubo orgânico - Bokashi..... | 66 |
| Figura 14 –Oficina de produção de adubo orgânico - Bokashi..... | 66 |
| Figura 15 –Reunião da associação de mulheres com os técnicos do IDR - Paraná..... | 67 |
| Figura 16 –Dia das crianças no assentamento Eli Vive II..... | 69 |
| Figura 17 – Dia das crianças no assentamento Eli Vive II..... | 69 |
| Figura 18 – Dia das crianças no assentamento Eli Vive II..... | 69 |
| Figura 19 – Dia das crianças no assentamento Eli Vive II..... | 69 |
| Figura 20 – Locais de cultivo das hortaliças e das plantas..... | 71 |
| Figura 21 – Locais de cultivo das hortaliças e das plantas..... | 71 |
| Figura 22 – Locais de cultivo das hortaliças e das plantas..... | 71 |
| Figura 23 – Locais de cultivo das hortaliças e das plantas..... | 71 |
| Figura 24 – Locais de cultivo das hortaliças e das plantas..... | 71 |
| Figura 25 – Locais de cultivo das hortaliças e das plantas..... | 71 |
| Figura 26 – Secagem do feijão colhido no lote de uma das entrevistadas..... | 71 |
| Figura 27 – Secagem do feijão colhido no lote de uma das entrevistadas..... | 71 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|--------------|---|
| ANMTR | Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais |
| CLOC | Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo |
| CONAMURI | Organización de Mujeres Campesinas e Indígenas |
| CONAMURA | Confederación Nacional de Mujeres del Campo |
| CONTAG | Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura |
| FAO | Food and Agriculture Organization |
| FENMUCARINAP | Federación Nacional de Mujeres Campesinas, Artesanas, Indígenas, Nativas y Asalariadas del Perú |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IDR Paraná | Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná |
| MMA | Movimento das Mulheres Agricultoras |
| MMC | Movimento das Mulheres Camponesas |
| MMTR | Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais |
| MST | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra |
| PARQUETEC | Parque Tecnológico da Itaipu |
| PCB | Partido Comunista Brasileiro |
| TSE | Tribunal Superior Eleitoral |
| UEL | Universidade Estadual de Londrina |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 14 |
| 2 | GÊNERO, PATRIARCADO E AS RELAÇÕES DE PODER | 19 |
| 2.1 | GEOGRAFIA E GÊNERO: ABORDAGENS E CONTRIBUIÇÕES..... | 20 |
| 2.2 | MACHISMO E PATRIARCADO..... | 24 |
| 2.3 | GÊNERO NO CAMPO..... | 33 |
| 3 | A LUTA PELA TERRA E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES..... | 42 |
| 3.1 | PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS LIGAS CAMPONESAS | 43 |
| 3.2 | ARTICULAÇÃO DAS MULHERES DO CAMPO NA ATUALIDADE | 48 |
| 3.3 | ASSOCIATIVISMO DE MULHERES DO MST: COLETIVO SACOLAS CAMPONESAS.. | 57 |
| 4 | COLETIVO SACOLAS CAMPONESAS E O PROTAGONISMO FEMININO NO ELI VIVE II | 62 |
| 4.1 | ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO COLETIVO SACOLAS CAMPONESAS | 63 |
| 4.1.1 | Escala de Trabalho, Decisões Coletivas e as Redes Sociais | 67 |
| 4.1.2 | Espaço de Cultivo e Colheita dos Produtos Agroecológicos | 70 |
| 4.2 | AS MULHERES NA TERRA E PELA TERRA | 73 |
| 4.3 | DESAFIOS ENFRENTADOS PELO COLETIVO DE MULHERES DO ASSENTAMENTO ELI VIVE II | 76 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 81 |
| | REFERÊNCIAS..... | 83 |

1 INTRODUÇÃO

As relações de poder, construídas por meio da diferenciação entre os gêneros, moldam as relações sociais no campo e cidade. O sistema patriarcal mostra-se grande influenciador das relações entre os homens e mulheres, que (re)produzem o espaço e as territorialidades.

Em muitos casos, os papéis desempenhados pelas mulheres não são reconhecidos como trabalho, ou como algo fundamental. São vistos apenas como “uma ajuda” ou uma extensão do trabalho doméstico. Esta provoca e naturaliza a desvalorização das mulheres, condenando-as à invisibilidade, à falta de representatividade.

Entretanto, há exceções no campo! No campo, como é o caso do Coletivo Sacolas Camponesas do assentamento rural Eli Vive II, localizado em Londrina-PR, foco desta pesquisa. Por isso, neste estudo, optou-se por interpretar as relações de gênero existentes dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e como as mulheres do Coletivo desempenham papéis fundamentais na organização e consolidação do assentamento.

O Coletivo Sacolas Camponesas foi criado no ano de 2016 como um projeto de extensão pela professora Dra. Eliane Tomiasi Paulino, do Departamento de Geografia (DGEO) da Universidade Estadual de Londrina (UEL), com objetivo promover a produção dos alimentos agroecológicos das mulheres assentadas, a fim de possibilitar geração de renda e autonomia financeira das camponesas. Porém cabe apontar que, o projeto Sacolas Camponesas foi pensado primeiro pela professora Rosemeire Aparecida de Almeida, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, campus Três Lagoas, para a realidade local.

Nosso interesse em torno do tema ocorreu a partir do desejo de compreender quais ações desempenhadas pelas mulheres do assentamento Eli Vive II tornaram o Coletivo uma referência para muitas mulheres, do campo e da cidade. Além disso, foi pensado que a pesquisa contribuirá para a formação da pesquisadora dentro do campo profissional em virtude da imersão na temática estudada, possibilitando o desenvolvimento da criticidade científica, também obtida por meio das revisões teóricas utilizadas durante todo o processo de construção dessa dissertação. A própria prática, por meio das conversas realizadas com as mulheres assentadas no Eli Vive II, já ajudaram enormemente.

As pesquisas sobre gênero, patriarcado e mulheres camponesas são importantes porque possibilitam também que as mulheres do campo, incluindo as assentadas, expressem suas lutas, seus desejos, as situações pelas quais vivenciam a violência de gênero etc. Além disso, estudar mulheres assentadas também permite compreender como a sua atuação política e social organiza e consolida o território camponês criado a partir da luta pela terra e da luta na terra.

Por conseguinte, o objetivo geral do estudo é compreender as relações entre gênero e patriarcado por meio da análise do Coletivo Sacolas Camponesas. Busca-se investigar o machismo vivenciado pelas mulheres e suas estratégias de mobilização e resistência dentro e fora do assentamento.

Utiliza-se da abordagem qualitativa, prezando pela análise de fontes primárias e secundárias, além da realização de visitas, conversas e entrevistas semiestruturadas com as mulheres camponesas, primando pelos relatos das experiências das camponesas. Decidiu-se pela realização e análise de entrevistas mais aprofundadas com duas assentadas que integram a mais tempo o Coletivo Sacolas Camponesas. Estas mulheres possuem papéis de liderança dentro do Coletivo. Também se realizou a observação de momentos do cotidiano dessas mulheres, como em oficinas em que elas estavam participando, em ações sociais organizadas por elas no assentamento e também na comercialização dos produtos fora do assentamento.

Para a estruturação do primeiro e do segundo capítulo utilizou-se a pesquisa bibliográfica, por meio da busca por autoras relevantes que discutem as categorias gênero, patriarcado, território e movimentos sociais.

Adotou-se como método o materialismo histórico-dialético por conta da necessidade de compreender como as mulheres camponesas vêm se organizando ao longo do tempo, e com base em suas lutas de gênero e organização social dentro dos movimentos sociais, com ênfase no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e sua articulação com o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC). Além disso, utiliza-se o materialismo histórico-dialético, como sustentação teórica para conduzir as análises a partir do trabalho. Segundo Pires (1997, p. 89),

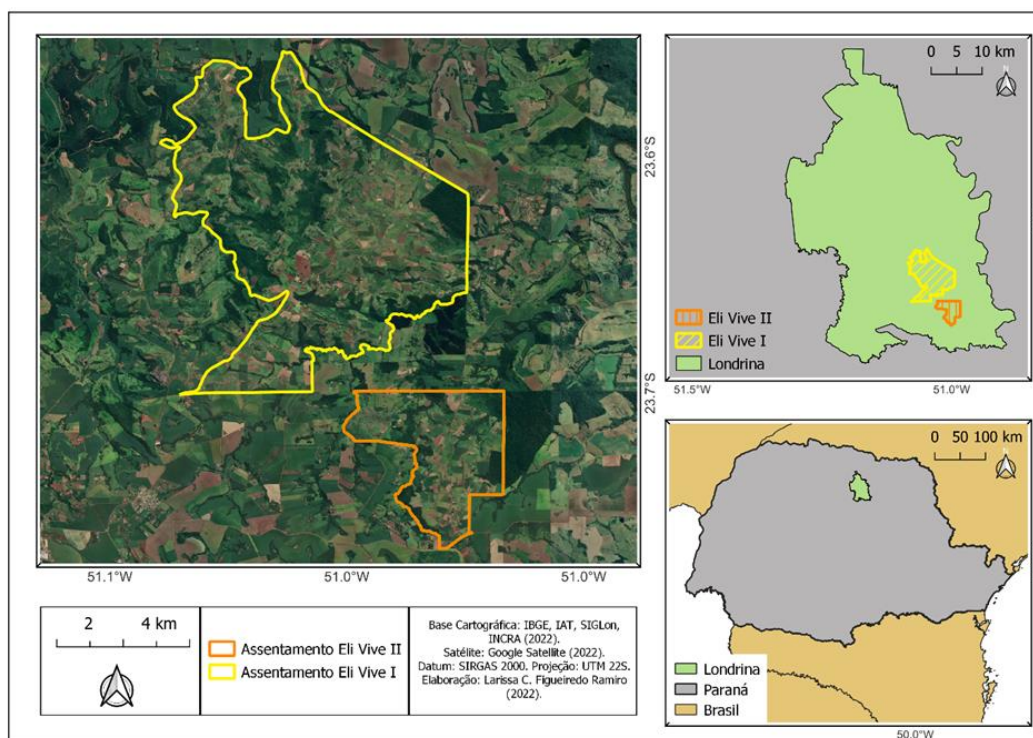
O trabalho é a categoria central de análise da materialidade histórica dos homens porque é a forma mais simples, mais objetiva, que eles desenvolveram para se organizarem em sociedade. A base das relações sociais são as relações sociais de produção, as formas organizativas do trabalho.

Por isso, foi a partir das reflexões a respeito do trabalho das mulheres camponesas que a pesquisa foi desenvolvida, orientando assim as discussões realizadas, tendo como base as contribuições que estas destinaram às alterações na pauta do movimento em virtude das lutas de gênero travadas por elas.

Pela análise ancorada no materialismo histórico dialético também foi possível abordar a influência das questões materiais sobre a vida das mulheres, como o controle financeiro que os homens exercem sobre as mulheres.

Os assentamentos Eli Vive I e Eli Vive II encontram-se localizados no distrito de Lerroville, zona rural do município de Londrina-PR (figura 1). Juntos são compostos por 541 lotes, ocupando uma área de 7,5 mil hectares (Oliveira e Shimomura, 2022). O Eli Vive I contém 432 lotes. Já o assentamento Eli Vive II possui 109.

Figura 1 - Mapa da localização dos assentamentos Eli Vive I e II



Fonte: Ramiro, 2022.

Muitos lotes abrigam mais de uma família. Por isso, a população estimada é de aproximadamente 3.000 pessoas.

Em relação ao histórico da formação do território camponês, até 2009 as áreas abrigavam duas fazendas: Guairacá e Pininga. Em 2009, elas foram ocupadas para forçar a negociação entre os proprietários e o INCRA. Apenas em fevereiro de 2010 é que foram loteadas e convertidas em assentamentos rurais (Ramiro, 2022).

Os assentamentos receberam o nome de Eli Vive em homenagem ao militante do MST Eli Dallemole, líder do movimento no município vizinho de Ortigueira e que foi brutalmente assassinado em seu lote no ano de 2008 (Caldarelli e Camargo, 2008).

Os assentamentos possuem três escolas. A Escola Municipal do Campo Trabalho e Saber, está localizada no Eli Vive I. Em novembro de 2024 passou a ocupar um espaço definitivo, construído pela Prefeitura Municipal de Londrina, com maior e melhor infraestrutura (figuras 2 e 3).

Figura 2 e 3 - Inauguração da Escola Municipal Campo, Trabalho e Saber



Fonte: Aguiar (2024)

No assentamento Eli Vive I há outras duas escolas: o Colégio Estadual Maria Aparecida Rosignol Franciosi, que oferta os anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e o Ensino Médio (1º, 2º e 3º ano); e a Escola Municipal do Campo Egídio Domingos Brunetto, que atende alunos do ensino infantil e dos primeiros anos do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) (figuras 4 e 5).

Figura 4 e 5 - Escola Municipal Egídio Domingos Brunetto



Fonte: A autora (2024)

Destaca-se a importância que os assentamentos possuem para o MST. Eles compõem a maior área de assentamentos rurais em região metropolitana do Brasil. Além disso, são considerados modelos de organização e de resistência camponesa. No Paraná, são tidos como símbolo da luta pela reforma agrária.

Por fim, cabe também neste momento relatar as dificuldades encontradas ao longo do desenvolvimento da pesquisa, entre elas as direcionadas ao deslocamento para o Eli Vive II, que possui uma distância aproximada de 50 quilômetros entre a cidade de Londrina e o distrito de Lerroville, além disso, ao chegar ao distrito, é necessário dirigir cerca de 20 minutos em estrada rural até chegar ao destino final, o Eli Vive II.

Ressalta-se também a dificuldade em torno dos agendamentos para a realização das visitas com as mulheres assentadas, pois estas desempenham muitas funções em seus cotidianos, desse modo, encontrou-se dificuldades para encontrar datas disponíveis para ambas as entrevistadas e também para a pesquisadora, uma vez que, além da pesquisa desenvolvida, está também atua como professora na rede pública de ensino do Estado, estreitando ainda mais as datas disponíveis. Sendo assim, este momento também serve de reflexão para as dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores-trabalhadores no decorrer da pós graduação.

2 GÊNERO, PATRIARCADO E AS RELAÇÕES DE PODER

Este capítulo analisará como a estrutura patriarcal da sociedade contribui para a opressão sobre o gênero feminino e as relações de poder sobre a perspectiva da Geografia. Assim, estruturou-se o capítulo em três momentos, tendo por finalidade facilitar a organização do texto e a compreensão do leitor.

Na primeira parte, intitulada *Geografia e Gênero: abordagens e contribuições*, buscou-se realizar o levantamento dos estudos feitos por intelectuais da ciência geográfica que pesquisa as questões de gênero em distintas realidades, utilizando-se dos apontamentos de cientistas brasileiras – como Rosa Ester Rossini, que dedicou sua vida aos estudos em torno da análise das relações de trabalho da mulher no setor canavieiro, Joseli Maria da Silva, professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), que também colocou em centralidade o conceito de gênero em grande parte de suas análises sociais. É importante destacar ainda as britânicas Doreen Massey, Gillian Rose e Linda McDowell, tendo em vista que estas pesquisadoras buscam compreender como as relações de poder são moldadas por meio da análise de gênero, cada qual com seu delineamento específico, a fim de que se possa construir um panorama do que é estudado sobre a temática em diferentes recortes espaciais.

O segundo tópico do capítulo, denominado *Machismo e Patriarcado*, abordará como a estrutura patriarcal da sociedade é fruto dos ideais de uma sociedade europeia.

O segundo o tópico também apresenta as contribuições de renomados sociólogos sobre o assunto, com destaque para Heleieth Saffioti, referência em temas como a desigualdade e a violência de gênero enfrentadas pelas mulheres na sociedade, discutido por ela em “Gênero, Patriarcado e Violência (2004)” e em “A mulher na sociedade de classes: mitos e realidade” (1969). Além disso, Michel Foucault também é importante na compreensão de como o patriarcado é difundido nas sociedades, por meio do que o autor denomina de “Microfísica do poder” (2004), exposto por meio de ações e discursos do cotidiano. Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge aprofundam o debate sobre o conceito de interseccionalidade, criado por Kimberlé Crenshaw, essencial à compreensão acerca das complexidades que norteiam as relações de gênero e poder por meio do livro “Interseccionalidade” (2021). Pierre Bourdieu, também fornece importantes elementos ao debate a partir dos seus estudos

sobre dominação masculina e violência simbólica, em seu livro “A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica”.

Com objetivo de geografizar o debate, o segundo tópico do capítulo é finalizado com uma abordagem que relaciona a discussão do machismo e do patriarcado com a categoria de território para que o leitor compreenda como o poder se manifesta na sociedade por meio das relações sociais construídas.

Por fim, o terceiro tópico, *Gênero no Campo*, aborda o debate de gênero no contexto agrário. Aborda como o patriarcado se estrutura neste espaço. Para isso, além referências teóricas, utilizou-se os dados do Censo Agropecuário de 2017 para elucidar as desigualdades de gênero no campo e como as relações de poder se estruturam neste território (no acesso à terra, na importância do trabalho feminino etc.). Além disso, foi analisada a articulação entre os movimentos do campo, por meio da Via Campesina, que contribui para a quebra destes paradigmas e a luta pelas mudanças das diversas realidades do campo que oprimem as mulheres.

2.1 GEOGRAFIA E GÊNERO: ABORDAGENS E CONTRIBUIÇÕES

A abordagem conjunta entre a Geografia e o conceito de gênero é importante para a compreensão de como este influencia as relações sociais que ocorrem no espaço geográfico, entendido como “[...] uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação” (Santos, 2020, p. 67). Desse modo, entende-se que a dimensão material do espaço não pode ser dissociada das relações sociais porque este não existiria sem a dimensão imaterial. Portanto, é possível compreender que o espaço geográfico também é produzido/reproduzido a partir das relações de gênero, o que impacta diretamente o cotidiano dos envolvidos neste contexto, com destaque para as mulheres. Entretanto, as pesquisas geográficas em torno do tema são recentes. Ainda não há uma ampla gama de trabalhos como em outras áreas do conhecimento, ainda que nos últimos anos o tema venha ganhando maior relevância no debate social.

A seguir, destacamos as análises das principais autoras da ciência geográfica que trabalharam o conceito de gênero na perspectiva do território, com destaque para Rosa Ester Rossini (1988; 2006; 2010), Joseli Maria da Silva (2003; 2015), além das britânicas, Doreen Massey, Gillian Rose e Linda McDowell.

No Brasil, a geógrafa Rosa Ester Rossini foi a pioneira dos estudos sobre Gênero e Geografia. Graduada em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP) em 1964, possui mestrado (1971) e doutorado (1975) em Geografia Humana pela mesma instituição. Porém, nos anos 1980 iniciou pesquisas interdisciplinares envolvendo Geografia e Gênero.

Em 1988 Rossini defendeu sua tese em Livre-Docência, intitulada *Geografia e Gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista* (Rossini, 1988), a partir da qual abordou as relações sociais existentes entre as trabalhadoras rurais nas lavouras de cana-de-açúcar do estado de São Paulo. A pesquisa buscou entender as dinâmicas sociais existentes dentro desta realidade, considerada como masculina.

Já no artigo *Geografia e Gênero: recuperando a memória de uma pesquisa sobre a força de trabalho na agricultura canavieira na Macroárea de Ribeirão Preto - 1977-2008* (Rossini, 2010), a autora aborda as relações entre a queda das taxas de fecundidade da população e o trabalho das mulheres nas lavouras de cana-de-açúcar no estado de São Paulo. Segundo ela,

A queda é propiciada não só pela necessidade de trabalho como também pela possibilidade de acesso das mulheres aos bens modernos de contracepção, o que lhes possibilita a liberdade de uso de seu corpo e de sua sexualidade.” (Rossini, 2010, p. 132)

Rossini (2010) analisou geograficamente a dupla jornada de trabalho das mulheres (o trabalho doméstico e o trabalho na terra) e como a mecanização no campo transformou o espaço agrário em um ambiente predominantemente masculino, identificando que apenas os homens operavam as máquinas.

No texto *O trabalho da mulher na agricultura canavieira altamente tecnificada e capitalizada - São Paulo - Brasil* (Rossini, 2006), afirma que:

Há permanente perda de ocupação tanto para os homens como para as mulheres. Assiste-se, a cada dia, à possibilidade de engajamento na força de trabalho para as pessoas mais especializadas em máquinas sofisticadas - colhedeiros, tratores, caminhões e treminhões. Assim sendo, intensificam-se as masculinidades na agricultura moderna: apenas homens operam máquinas. O trabalho no campo capitalista é masculino. (Rossini, 2006, p. 239)

As contribuições de Rosa Ester Rossini são fundamentais para compreender a diminuição da participação feminina no campo a partir da tecnificação deste espaço, o que aprofundou ainda mais a divisão sexual do trabalho. Assim, a modernização da

agricultura afastou ainda mais as mulheres de funções exercidas fora da moradia no campo.

Em suma, Rossini pautou suas pesquisas em torno do conceito de gênero, buscando entender quais eram as relações que estas mulheres trabalhadoras rurais estavam submetidas nos canaviais paulistas, evidenciando as relações de poder existentes entre homens e mulheres, ancoradas pelo patriarcado.

Outra importante geógrafa brasileira, referência no debate sobre gênero, é Joseli Maria da Silva, que desenvolve pesquisas em torno da sexualidade feminina, com base na categoria de território. A autora critica o conhecimento produzida pela ciência geográfica afirmando que:

A simples inclusão das mulheres, negros e homossexuais na produção do saber científico não basta para transformarmos a lógica da hegemonia. Isso porque a inclusão pode ser perversa e significar uma nova forma de assimilação da cultura científica hegemônica moderna. (Silva, Cesar, Pinto, 2015, p. 190)

Percebe-se que a autora defende uma transformação efetiva na maneira como se constrói o conhecimento. Por isso, é preciso que ocorra uma mudança na maneira como se faz ciência, tornando-a mais plural, incorporando diferentes tipos de perspectivas que fogem da lógica dominante.

Muitas geógrafas denunciam a invisibilidade que o conceito de gênero possui nas análises geográficas, apontando que existem barreiras a serem quebradas, como pode ser lido no fragmento a seguir:

A omissão científica da abordagem da mulher enquanto sujeito social tem sido denunciada por geógrafas feministas através de seu esforço em incluir o gênero enquanto um objeto de estudo da geografia e, para muitas delas, o estudo da mulher foi uma decisão política e uma estratégia de tornar seu trabalho visível no corpo da pesquisa geográfica. Esta dificuldade de trazer a mulher para um campo de visibilidade na produção do espaço é de diversas ordens. (Silva, 2003, p. 34)

Desse modo, é necessária uma ruptura das estruturas que constroem atualmente o conhecimento. Além disso, a autora critica as “justificativas” que afirmam haver as mesmas oportunidades para homens e mulheres no meio acadêmico. Ela afirma que:

As alegações para justificar a equidade de gênero na produção científica baseiam-se nos seguintes argumentos: homens e mulheres estão submetidos à mesma carreira docente, recebem salários iguais, trabalham nas mesmas instalações, estão sujeitos às mesmas exigências de produtividade e carga-horária de trabalho. O recorte da produção científica baseado apenas no espaço universitário esconde parte do mecanismo de gênero que diferencia as condições do trabalho acadêmico entre homens e

mulheres, criando assim uma pretensa equidade de condições de produção científica. (Silva, 2015, p. 191)

Além disso, a pesquisadora acredita que, se a equidade de gênero e a pluralidade nos estudos em torno de gênero realmente fossem amplos, haveria maior integração entre as temáticas da ciência geográfica. Em suas palavras:

Penso que o desenvolvimento da perspectiva feminista na geografia pode trazer imenso progresso na diversificação de objetos na geografia cultural, bem como trazer novos focos de interesses científicos que renovam o campo teórico metodológico da ciência. (Silva, 2003, p. 43)

Em relação às geógrafas britânicas, Doreen Massey, Gillian Rose e Linda McDowell, ambas dedicaram seus estudos à Geografia Feminista.

Massey se considerava uma geógrafa feminista. Segundo Silva, Ornat e Chimin Junior (2017, p. 12),

Para ela, ser uma geógrafa feminista não remetia diretamente à temática de gênero e abordar gênero nas pesquisas geográficas não estava diretamente vinculada ao fazer científico feminista. O feminismo na prática acadêmica é uma perspectiva subversiva mais ampla e em sua ideia era possível ser uma geógrafa feminista sem, propriamente, abordar gênero.

Mas a pesquisadora não se restringiu apenas a estudar as perspectivas de gênero. Ela construiu análises com base em conceitos mais amplos, como o de espaço geográfico, com o objetivo de transformar as estruturas sociais existentes também na academia.

Gillian Rose e Linda McDowell desempenham importantes papéis dentro da perspectiva da Geografia Feminista. Segundo Silva (2003, p. 36),

Gillian Rose deixa claro que o conceito de gênero permite compreender que não são as diferenças dos corpos de homens e mulheres que os posicionam em diferentes âmbitos e hierarquias, mas sim a simbolização que a sociedade faz delas. Assim, gênero é o conjunto de ideias que uma cultura constrói do que é ser mulher e ser homem e tal conjunto é resultado de lutas sociais na vivência cotidiana. McDowell também “desnaturaliza” a diferença sexual e compreende que a sexualidade, as identidades e as práticas sociais são afetadas pelas crenças e ideologias que sancionam os papéis sociais, possuindo, portanto, uma história e uma geografia.

Elas compreendem que o conceito de gênero é uma construção social, delineada de acordo com a sociedade em que o indivíduo está inserido, e que é a partir disso que se cria a hierarquização social entre homens e mulheres. E McDowell ressalta em obras como, *Gender, Identity and Place: Understanding Feminist*

Geographies (1999), que pode haver a desconstrução dessa hierarquia social, uma vez que ela não é natural.

As pesquisadoras citadas até aqui possuem temáticas diferentes em relação aos estudos feministas e de gênero, mas foi justamente isso que contribuiu para a diversificação das pesquisas voltadas ao debate geográfico sobre as questões de gênero. Desse modo, é possível compreender diferentes recortes espaciais onde há relações de poder criadas a partir da desigualdade de gênero, que vão do rural ao urbano.

Diante do exposto até aqui, percebe-se que a Geografia Feminista se apresenta como uma forma/ação de transformar as estruturas patriarcais. Por isso, no próximo tópico serão aprofundadas as análises em torno do conceito de gênero e de patriarcado, os apresentando enquanto elementos constitutivos das inúmeras desigualdades sociais vivenciadas pelas mulheres, desde o início de sua vida, por meio da construção de um território que colocam os homens no centro das relações de poder, impondo um cotidiano baseado na subalternização às mulheres.

2.2 MACHISMO E PATRIARCADO

Grossi (1998, p. 5) afirma que “gênero serve (...) para determinar tudo que é social, cultural e historicamente determinado”, ou seja, é moldado pela sociedade, por meio das normas e regras impostas. Considera-se que estas normas podem variar de acordo com a sociedade onde estes indivíduos estejam inseridos. Entretanto, os papéis impostos podem ser modificados e transformados uma vez que os valores da sociedade se transformam ao longo do tempo.

Inicialmente, é importante compreender que a sociedade possui um olhar de análise sobre os fenômenos sociais ainda muito eurocêntricos. Mas nos últimos anos vêm surgindo pesquisas com abordagens anticoloniais que buscam repensar e questionar esta maneira de enxergar o mundo. Sendo assim, cabe ressaltar que antes do período das Grandes Navegações, e consequentemente do processo de colonização, expropriação dos territórios e exploração dos povos originários pertencentes a eles, ideias como as de gênero e de raça não faziam parte de seus cotidianos, pois as estruturas sociais empregadas nestes territórios eram diferentes daquelas estabelecidas pelos europeus.

Segundo Aníbal Quijano (2005, p. 117),

A formação de relações sociais fundadas nessa ideia [de raça], produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. Assim, termos com espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população.

O autor discorre sobre a construção do conceito de raça e como este se relaciona com as hierarquias de poder constituídas, a partir das quais os europeus exerciam (e exercem) a supremacia sobre os povos originários de suas respectivas colônias. Sendo assim, compreende-se que, anteriormente ao processo de colonização, este conceito não se fazia presente no cotidiano dos povos americanos, que passam a conhecê-lo a partir do momento em que os europeus o utilizam como meio de transformá-los em povos subordinados. Com isso, insere-se um dos conceitos chaves das análises de Aníbal Quijano: a colonialidade do poder. De acordo com as análises realizadas pelo pesquisador, encontra-se inteiramente interligado ao conceito de raça. Em suas palavras:

[...] cada forma de controle do trabalho esteve articulada com uma raça particular. Conseqüentemente, o controle de uma forma específica de trabalho podia ser ao mesmo tempo um controle de um grupo específico de gente dominada. Uma nova tecnologia de dominação/exploração, neste caso raça/trabalho, articulou-se de maneira que aparecesse como naturalmente associada, o que, até o momento, tem sido excepcionalmente bem-sucedido. (Quijano, 2005, p. 119)

A colonialidade do poder está, portanto, associada à manutenção das estruturas coloniais na atualidade.

Quijano (2005) enfatiza os alicerces da colonialidade do poder (raça e trabalho) e isso pode ser exemplificado por meio da Divisão Internacional do Trabalho (DIT), a partir da qual países, que no passado eram colônias, ainda se encontram na posição de exportadores de matérias-primas, centros de mão de obra barata e subalternos social e economicamente aos centros econômico e de poder mundiais.

A filósofa e pesquisadora argentina María Lugones realizou pesquisas voltadas ao feminismo anticolonial. Ela dissertou sobre as bases do conceito de gênero na sociedade, em obras como *Colonialidade e Gênero* (2008), *Rumo a um Feminismo Descolonial* (2014) e *Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System*

(2007), entre outras. Lugones (2020) complementa a ideia do autor anteriormente citado, realizando questionamentos em torno das relações de trabalho que destoam do modelo europeu. Para ela,

(...) a estrutura das disputas pelo controle da força de trabalho é descontínua: nem todas as relações de trabalho no capitalismo eurocêntrico e global se encaixam no modelo de relação capital/salário, ainda que esse seja o modelo hegemônico. Para começar a entender o alcance da colonialidade do poder é importante frisar que o trabalho assalariado sempre foi reservado, quase exclusivamente, para os europeus brancos. A divisão do trabalho é racializada e geograficamente diferenciada. Aqui, vemos a colonialidade do trabalho como um cuidadoso entrecruzamento de trabalho e raça. (Lugones, 2020, não paginado.)

A citação destaca as diferenças existentes entre as relações de trabalho fora do contexto europeu. A pesquisadora disserta sobre a intersecção entre trabalho e raça, afirmando que o primeiro é consequência direta da raça e da localidade em que o indivíduo se encontra.

A socióloga nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí (2004) apresenta uma abordagem anticolonial do tema, por meio de análises dos conceitos europeus, como o de gênero. Em um de seus artigos, “Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas” a pesquisadora analisa como a pesquisa deste conceito é eurocêntrica, uma vez que se pauta na posição que a mulher assume na família nuclear que, de acordo com ela, é:

(...) uma família generificada por excelência. Como uma casa unifamiliar, é centrada em uma mulher subordinada, um marido patriarcal, e as filhas e filhos. A estrutura da família, concebida como tendo uma unidade conjugal no centro, prestasse à promoção do gênero como categoria natural e inevitável, porque dentro desta família não existem categorias transversais desprovidas dela. Em uma família generificada, encabeçada pelo macho e com dois genitores, o homem chefe é concebido como ganhador do pão, e o feminino está associado ao doméstico e ao cuidado. (Oyěwùmí, 2004, p. 3-4)

Nota-se que a análise de gênero sob a perspectiva eurocêntrica é equivocada, limitando-se à análise dos papéis desempenhados pelas mulheres na lógica europeia-normativa. Portanto, os estudos que seguem tal lógica não contemplam outros conceitos essenciais para compreender as múltiplas realidades que estas enfrentam, como as de raça e de classe.

Oyèrónké Oyěwùmí apresenta com o exemplo o grupo étnico Iorubá, localizados em Nigéria, em que a estrutura familiar não é organizada a partir de gênero, mas estruturada por meio da ancestralidade. A pesquisadora afirma que:

A família Iorubá tradicional pode ser descrita como uma família não-generificada. É não-generificada porque papéis de parentesco e categorias não são diferenciados por gênero. Então, significativamente, os centros de

poder dentro da família são difusos e não são especificados pelo gênero. Porque o princípio organizador fundamental no seio da família é antiguidade baseada na idade relativa, e não de gênero, as categorias de parentesco codificam antiguidade, e não gênero. Antiguidade é a classificação das pessoas com base em suas idades cronológicas. Daí as palavras *egbon*, referente ao irmão mais velho, e *aburo* para o irmão mais novo de quem fala, independentemente do gênero. O princípio da antiguidade é dinâmico e fluido; ao contrário do gênero, não é rígido ou estático. (Oyèwùmí, 2004, p. 6)

Desse modo, percebe-se como a sociedade nigeriana passou por modificações em sua estrutura familiar nuclear e passou por um processo de exploração não apenas de seus recursos minerais e força de trabalho escravizada, mas também, os europeus impuseram o seu “modelo civilizatório” de sociedade.

No contexto americano pré-colonial, o grupo indígena Guarani e sua organização familiar foram estudados por Souza (2002, p. 224). A autora afirma que:

Sabe-se que as unidades domésticas de uma comunidade são, muitas vezes, morfologicamente heterogêneas; aparecem famílias que podem ou não estar completamente subordinadas às estruturas de linhagem; surgem grupos ou classes de idades, etc. Nos casos em que a unidade doméstica pode ser identificada como o sistema familiar, existem variantes desde as famílias nucleares até as famílias extensas poligâmicas e/ ou monogâmicas, matrilocais ou patrilocais, matrilineares ou patrilineares, etc. (as possibilidades são múltiplas). No interior do próprio grupo doméstico, há variação integrativa, sendo a heterogeneidade um dos traços mais marcantes do sistema doméstico de produção.

Percebe-se que a organização familiar Guarani era diversificada, não seguindo um padrão estrutural enrijecido, adaptando-se de acordo com as necessidades locais dos indivíduos pertencentes à etnia.

A partir dos expostos até o momento cabe apontar que a ciência geográfica desempenha papel fundamental no aprofundamento da compreensão da gênese e evolução do patriarcado, bem como dos movimentos sociais que surgiram na contramão desta realidade, uma vez que estes são estruturados para questionar as barreiras impostas por um sistema econômico-social estruturado a partir de relações de poder e classe. Por isso, a categoria território é fundamental porque abarca as dimensões de poder no/do espaço geográfico, pois:

O território é objetivado por relações sociais de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade, ou de territorialidades no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas. (Saquet, 2020, p. 80).

Assim, pode-se aplicar esta categoria território para explicar o patriarcado, uma vez que os homens com ideais patriarcais buscam, por meio de suas relações sociais cotidianas, espaços para exercer o controle sobre as mulheres. Nessa perspectiva, Saquet (2003, p. 34) aponta que:

O território se dá quando se manifesta e se exerce qualquer tipo de poder, de relações sociais. São as relações que dão o concreto ao abstrato, são as relações que consubstanciam o poder. Toda relação social, econômica, política e cultural é marcada pelo poder, porque são relações que os homens mantêm entre si nos diferentes conflitos diários.

Além disso, cabe esclarecer quais são os personagens envolvidos pelas relações de poder existentes nas sociedades de estrutura patriarcal e que contribuem para a construção do território em análise, fruto das relações de poder construídas por homens. Por isso,

O território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um 'processo' do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder. (Raffestin, 1993, p. 7-8 - grifo do autor)

Desse modo, o território é estruturado de acordo com os interesses da classe e dos sujeitos dominantes nele inseridos, ou seja, no contexto aqui estudado, o território é construído a partir dos interesses dos indivíduos brancos, abastados e heterossexuais, o que impõe a subalternidade a mulheres, a negros e negras e a comunidade LGBTQIA+.

Outra análise importante da categoria território é a do geógrafo Rogério Haesbaert da Costa, quando o intelectual afirma que:

(...) o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural. (Haesbaert, 2004, p. 79)

Assim, não se deve compreender o território como um conceito estanque e/ou cristalizado, mas a partir da dinâmica das relações de poder inseridas no tempo e no espaço. Por isso, explicando a partir do tema desta pesquisa, não se pode compreender a circunstância sob qual as mulheres do campo se encontram apenas por meio de uma categoria analítica com definição exata e imutável, pois é a articulação entre os diferentes conjuntos de relações de poder que compõem o cotidiano destas mulheres quem irá formar o território sob o qual elas estão inseridas.

Para Hernández (2023, p. 63), as práticas de resistência feminina também são essenciais para a manutenção e defesa das mulheres no território. Segundo ela,

O território como corpo é um espaço de interação cotidiana, histórica, material e simbólica em disputa. As bases fundamentais para essa defesa são as vozes, as práticas de resistência e as estratégias individuais e comunitárias que as mulheres organizadas põem sobre a mesa quando sentem que sua vida, seu trabalho, seus conhecimentos e seus espaços estão ameaçados.

Nota-se que a autora busca elucidar a maneira que compreende o território – neste caso em específico, o território da mulher, que pode ser interpretado como um mecanismo vivo, composto por diferentes engrenagens, como o cotidiano feminino, suas histórias e seus costumes. Desse modo, torna-se um local em constante disputa e também de resistência.

Por meio das contribuições dos autores citados, podemos compreender o território por meio das relações de poder oriundas do patriarcado, uma vez que este é quem ainda na atualidade estrutura e organiza as relações de poder existentes, contribuindo para a subalternidade das mulheres. Estas que, por sua vez, atuam na resistência às imposições do patriarcado, enfatizando as disputas de poder a partir desta categoria de análise.

Em suma, o território é uma categoria complexa e envolve diferentes tipos de relações de poder. Por isso, não há como compreendê-lo de maneira isolada e/ou estanque.

Foucault (2021) analisou as relações de poder no cotidiano da sociedade. Na obra *Microfísica do Poder*, de 1978, o autor afirma que estas são difusas, muitas vezes não aparentes. Entretanto, estão internalizadas nas normas existentes dentro de um grupo de indivíduos, denominando-a de microfísica do poder. A partir dessa relação, é possível fazer uma comparação com o patriarcado, tendo em vista que este encontra-se tão enraizado na sociedade que os indivíduos não percebem os problemas deste conjunto de regras impostas na convivência entre homens e mulheres. Estas regras favorecem os homens na tomada dos espaços de poder.

Como exemplo rotineiro desta microfísica do poder, é possível citar as normas impostas às mulheres em relação à forma “correta” de se portar na sociedade, quais papéis devem assumir – ser boa mãe, boa esposa, submissa aos desejos do marido, quais vestimentas são “corretas” para não serem taxadas, qual o corte de cabelo mais adequado à feminilidade, quais cuidados estéticos e as cores mais adequadas na maquiagem ela precisa ter etc.

Além disso, a microfísica do poder está presente nos espaços definidos pelo patriarcado e direcionados às mulheres. A própria divisão sexual do trabalho, que dita quais espaços devem ser ocupados por mulheres e quais a sua presença não é vista com bons olhos (como nos setores da construção civil, de tecnologia, nas ciências agrárias etc.).

O patriarcado, portanto, legitima as diferentes formas violências de gênero sofridas pelas mulheres. Violências estas que não se podem ser compreendidas apenas em sua forma física porque “trata-se de violência como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral” (Saffioti, 2015, p. 18). Entretanto, incontáveis formas de violências e cerceamento de direitos sofridas cotidianamente pelas mulheres não são compreendidas como tal para a maior parte da população, tendo como exemplo, o abuso psicológico, não reconhecimento do trabalho feminino, intensa erotização de seus corpos, entre outras.

Bourdieu (2023), aponta que a supremacia masculina é algo que está internalizada na sociedade, sendo reproduzida como se fosse natural. Por este motivo é utilizada como ferramenta de dominação pois, no interior da sociedade patriarcal os valores impostos buscam reafirmar as formas de poder exercidas pelos homens, e isso ocorre, segundo o autor, por meio da violência simbólica.

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, de mais que instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar ou para ver e avaliar os dominantes (alto/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc.) resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, das quais seu ser social é produto. (Bourdieu, 2023, p. 64-65)

Desse modo, entende-se que é considerada assim porque quem a reproduz não a entende como violência, devido à internalização. A violência está incorporada no subconsciente dos indivíduos, que naturalizam ações violentas contra as mulheres.

As ações estão ancoradas em ideologias de cunho patriarcal, transferidas de geração em geração, reforçando a análise de Foucault (2021), em relação à microfísica do poder. Cabe considerar ainda que, em muitas situações, as diferentes violências de gênero praticadas contra as mulheres são legitimadas em favor dos homens pelo patriarcado, como explica Saffioti (2001, p. 115):

No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio.

Neste sentido, muitas vezes as mulheres encontram-se silenciadas pelas normas impostas pela sociedade. Além disso, Saffioti (2001) ressalta que tais violências não são sempre praticadas pelo patriarca em si, uma vez que o próprio

sistema designa indivíduos que a cometem, mantendo a organização da estrutura social patriarcal.

Outras desigualdades sociais abarcam as relações de gênero. No âmbito político brasileiro, por exemplo, os dados oficiais mostram que, mesmo com a maioria do eleitorado do país sendo constituído por mulheres (52%), apenas 33% das candidaturas são femininas. E apenas 15% das candidatas se elegeram (Justiça Eleitoral, 2022).

É importante salientar também a desigualdade de gênero no mercado de trabalho. Segundo Cotrin, Teixeira e Proni (2020, p. 2),

As funções preferencialmente atribuídas às mulheres são vistas como um prolongamento de seus atributos naturais e isto é usado como justificativa para receberem menores salários. A discriminação concentra grande número de mulheres em ocupações consideradas femininas, o que aumenta a oferta de força de trabalho e diminui salários.

A análise dos autores demonstra que as funções consideradas femininas possuem menor reconhecimento social e recebem menor remuneração. Percebe-se, portanto, como o patriarcado atua sob as normas culturais da sociedade, relacionando as profissões voltadas ao cuidado como “das mulheres”, remunerando menos, ocasionando uma segregação entre os gêneros nos espaços laborais.

É importante destacar também a divisão desigual dos trabalhos domésticos. Desde crianças, as mulheres são ensinadas a desempenhar as tarefas domésticas. Para isso, muitas vezes são apresentadas com brinquedos que fazem alusão ao trabalho doméstico (cozinhar, passar, arrumar etc.).

O trabalho doméstico, a partir dos estereótipos fomentados para homens e mulheres, durante seu processo histórico vem sendo associado à figura feminina, assim como a maternidade, não havendo uma distribuição e responsabilização igualitária entre os sexos nesse contexto. Há uma naturalização do trabalho doméstico como destino e condição da mulher, internalizado no interior das famílias, pressupondo pouco reconhecimento. (Duarte; Spinelli, 2019, p. 133)

Esta realidade contribui para uma série de desigualdades vivenciadas pelas mulheres em seus cotidianos, entre elas, pode-se citar a sobrecarga de trabalho em virtude do acúmulo de funções (a doméstica, em que não se tem remuneração, somado ao trabalho remunerado). Consequentemente, gera desvantagens ao ingressarem no mercado de trabalho porque precisam dividir-se entre as inúmeras demandas impostas pelo serviço doméstico e a dedicação à vida profissional.

A análise da jornada dupla das mulheres também nos ajuda a compreender a pequena participação feminina na carreira política.

Muitas mulheres se veem obrigadas a contentar-se com os espaços previamente definidos a elas pelo patriarcado, ou seja, funções de cuidado, e não de liderança.

Foi pensando nos múltiplos papéis desempenhados pelas mulheres na sociedade que Kimberlé Crenshaw, no final da década de 1980, desenvolveu o conceito de interseccionalidade, entendido como:

(...) uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (Crenshaw, 2002, p. 177).

A teoria social em torno da interseccionalidade busca analisar os diferentes contextos (racismo, desigualdade social, patriarcado etc.) que afetam o cotidiano das mulheres e que contribuem para a legitimação do patriarcado.

Collins; Bilge (2021, p. 15-16) define a interseccionalidade da seguinte forma:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas.

Entende-se, portanto, que não é impossível analisar a realidade das mulheres levando em consideração apenas um aspecto da vida, pois estas encontram-se em diferentes grupos. E é o cruzamento destes que irá construir suas experiências de vida. Em suma, não é possível analisar o contexto de um indivíduo levando em conta apenas a raça, o gênero ou a classe social, mas é a intersecção dessas categorias que compõem as experiências sociais dos indivíduos (Collins, 2020).

Collins; Bilge (2021, p. 188) dialogam sobre a importância que o estudo sobre a interseccionalidade trouxe em relação ao entendimento de identidade. Para elas,

(...) a interseccionalidade fez contribuições importantes para reconceitualizar a identidade e a subjetividade individuais. Para muitos indivíduos, esse foco na construção social de identidades interseccionais que podem se realizar diferentemente de um cenário para outro tem servido como um espaço de empoderamento individual.

A identidade de um indivíduo é moldada a partir das diferentes particularidades que compõem a construção da sua vida. Não se pode diferenciá-los, mas interseccioná-los, para compreender o indivíduo como um todo (no caso desta pesquisa, as mulheres camponesas).

O próximo tópico versará sobre a dinâmica do patriarcado no campo, incorporando as ideias levantadas neste primeiro momento e pontuando como a dinâmica do espaço agrário contribui para a invisibilidade do trabalho feminino. Além disso, indicará como o conceito de interseccionalidade apresenta-se no cotidiano das mulheres camponesas, a partir dos diferentes papéis que estas desempenham, mesmo que muitas vezes não reconhecidos. Também analisará as violências sofridas pelas mulheres do campo e tratará como o patriarcado contribui com as desigualdades educacionais e de gênero existentes.

2.3 GÊNERO NO CAMPO

Inicialmente, Araújo (2014, p. 72) pontua que:

Os estudos de gênero no meio rural estão atrelados à forma como as relações entre mulheres e homens se apresentam no dia-a-dia, na convivência com a comunidade, e como essa dinâmica é aceita pelas mulheres. Assim, refletir a condição da mulher do rural é analisar a extensa tradição de esquecimento, exploração, discriminação e sofrimento que as mesmas são submetidas.

É importante investigar estas relações de gênero para posteriormente compreender a construção da territorialidade patriarcal no contexto agrário, ancorado nas desigualdades vivenciadas em seus cotidianos, podendo citar a falta de disponibilidade de acesso igualitário à educação pelas mulheres e, conseqüentemente, a falta de condições econômicas. Além disso, há os múltiplos papéis que são desempenhados por elas (trabalho doméstico, trabalho na lavoura etc.), que não são reconhecidos.

É preciso compreender como o patriarcado foi construído no campo e, a partir disso, entender como o trabalho feminino foi (e é) invisibilizado neste espaço.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2017, 81% dos estabelecimentos rurais são administrados por homens, enquanto apenas 18,7% são liderados por mulheres. Já em 20,3% a gestão é dividida pelo casal (IBGE, 2019).

A partir desse último dado questiona-se: o número de estabelecimentos administrados por casais não é maior do que o número divulgado? A invisibilidade do

trabalho das mulheres no campo não contribuiu para que este número seja pequeno e não represente a realidade?

Para Conte et al (2020, p. 128),

As mulheres e homens no campo trabalham muito. Em se tratando de mulheres, esse trabalho é ainda mais complexo, porque a mistura do dentro e fora de casa é constante. Em relação à produção para a renda, a imbricação entre o que se vende, doa, troca e consome, envolve mais tempo e dedicação das mulheres. Esse trabalho é invisibilizado.

Acredita-se que a porcentagem de estabelecimentos com as tarefas compartilhadas seja bem maior do que o que foi coletado no censo, uma vez que os afazeres no campo, realizados majoritariamente pelas mulheres, não são reconhecidos. Além disso, além da lida nas lavouras, elas acumulam o trabalho doméstico. Por isso, a carga de trabalho que lhes é destinada via de regra é maior que a dos homens, pois além do trabalho desempenhado em seus lares, também realizam o trabalho braçal dos estabelecimentos agropecuários.

Pensando nesta divisão sexual do trabalho, quando voltado os olhos à realidade do campo,

Os níveis de exclusão das mulheres no meio rural são consideravelmente maiores que os registrados em áreas urbanas. A identificação de força e resistência, como características predominantemente masculinas, estende-se às classificações dos processos produtivos, criando, por sua vez, o “serviço de mulher” e o “serviço de homem” como duas categorias recorrentes. No campo, essa divisão sexual do trabalho também se organiza entre o que é realizado na esfera da casa e no roçado. Muitas das atividades produtivas realizadas pelas mulheres são classificadas como uma extensão do trabalho doméstico. (Souza; Brasileiro, 2023, p. 5 - grifos dos autores)

Os atores envolvidos dentro deste contexto não enxergam o trabalho feminino como trabalho, mas como ajuda para complementação de renda, como esclarece Rossini (2006, p. 234 – grifo da autora)

A mulher, quando absorvida pelo mercado de trabalho (rural ou urbano), tende a ser integrada em atividades que guardam “certas especificidades femininas”. Em primeiro lugar, sua entrada na força de trabalho é considerada como ajuda. No momento em que muda a concepção para o trabalho, permite dar sentido à divisão de tarefas por sexo.

Um exemplo de como isto ocorre no campo é que em muitos casos as mulheres trabalham junto aos familiares nas lavouras (pai, irmãos, companheiro e filhos). Entretanto, seu trabalho é visto como uma mera “ajuda”, mesmo estas se dedicando da mesma maneira que os indivíduos de sexo masculino.

O Observatório da Questão Agrária do Paraná (2021, p. 157), se manifestou sobre a invisibilidade feminina no campo ao declarar que:

As mulheres assumem uma longa jornada de trabalho, tanto no trabalho produtivo quanto no reprodutivo, além da participação nas entidades representativas da agricultura, como sindicatos, cooperativas e movimentos sociais, caracterizando uma terceira jornada de trabalho. Porém, é constante sua invisibilidade nestes espaços.

Souza e Brasileiro (2023, p. 5), complementam a posição do Observatório ao mencionar que:

Cotidianamente, as mulheres e os filhos vão com o marido realizar trabalhos assalariados, mas, na medida em que o pagamento é baseado no desenvolvimento da tarefa e produção, a remuneração é indivisível, única e feito ao chefe de família. No entorno rural, existem obstáculos culturais que impedem/dificultam que as mulheres tomem decisões por elas mesmas. Como resultado, ocorre a invisibilização e inexistência do reconhecimento do trabalho realizado, o que, por consequência, nega às mulheres sua autonomia econômica, pessoal e política.

Desse modo, entende-se que as mulheres do campo se encontram sob a invisibilização de seu trabalho devido à cultura patriarcal existente neste espaço e sofrem com a falta de autonomia econômica.

Outro problema que deve ser considerado é a internalização dos valores patriarcais pelas mulheres, que desde a infância acreditam que a dependência delas em relação aos homens é o percurso correto a ser seguido. Isso pode ser percebido muito claramente no âmbito econômico, uma vez que estas não se enxergam como contribuintes economicamente ativas da manutenção de seus lares. Com isso, percebe-se que os valores impostos pelo patriarcado contribuem para a manutenção das relações de poder que os homens estabelecem sobre as mulheres, sobretudo no campo.

Mas, além das pessoas, o próprio Estado brasileiro contribui para a legitimação da sociedade patriarcal, uma vez que as mulheres só foram reconhecidas como trabalhadoras rurais em 1988 (Munarini et al, 2020).

Antes da promulgação da Constituição Federal de 1988,

O trabalho da mulher e da juventude era invisível, reforçando o sistema patriarcal e machista do campo. A mulher só teria direito a um benefício após ficar viúva, numa clara visão limitada de assistência, que só enxergava o homem como trabalhador rural, colocando-a como dependente, como se na roça só o homem fosse trabalhador. A mulher rural ficava completamente sujeita à dependência econômica do marido ou companheiro. Reforçava-se na sociedade o imaginário de que eram incapazes, que não trabalhavam, apenas “ajudavam” os maridos e relegadas à assistência com a pensão de viuvez. (Munarini, et al, 2020, p. 38)

Todo o contexto apresentado contribui para a perpetuação das normas patriarcais e das relações de poder nesses espaços, dificultando a desconstrução de pensamentos machistas. Desse modo, percebe-se a falta de reconhecimento que o trabalho feminino no campo enfrentou até meados dos anos 1990 no Brasil.

A partir da década de 1990, as funções desempenhadas pelas mulheres no campo começaram a ser reconhecidas por meio das ações organizadas pelas mulheres militantes de movimentos sociais de luta pela terra. Entretanto, é importante destacar que este reconhecimento só ocorreu depois de muita mobilização e pressão social.

Outra problemática existente no campo é a desigualdade da propriedade da terra entre homens e mulheres. Segundo Hora, Nobre e Butto (2021, p. 17):

O acesso à terra é condição fundamental para o desenvolvimento da atividade produtiva e, no caso das mulheres, para garantir a autonomia. Estudos promovidos pela FAO (2017), analisando diferentes países na América Latina e Caribe, identificam que as mulheres têm restrito acesso. Na região, predomina a participação das mulheres como proprietárias de terras em menos 20% dos estabelecimentos. Ademais, esses estabelecimentos possuem menor área e recebem menores aportes financeiros.

Percebe-se a dificuldade que as mulheres enfrentam para terem acesso à terra, revelando uma hegemonia masculina, já que os homens concentram mais de 80% da propriedade dos estabelecimentos rurais no Brasil (IBGE, 2019). Além disso, de acordo com Hora, Nobre e Butto (2021), tal percentual dificulta a melhoria econômica das mulheres, já que estas ficam dependentes financeiramente.

Outro problema relacionado à propriedade da terra no campo diz respeito à distribuição da herança. A prioridade para o acesso à terra por herança é dos filhos (e não das filhas), pois acredita-se que as mulheres irão se casar com um homem que herdou as terras do pai, como explica o Observatório da Questão Agrária do Paraná (2021, p. 160).

No território rural também é costumeiro que a sucessão familiar entre gerações de agricultores – ou seja, a transferência de poder e de patrimônio para descendentes no âmbito da propriedade agrícola – respeite mais os critérios culturais patriarcais do que a previsão legal, estabelecendo prioridade de herança aos filhos homens e deixando as filhas mulheres à margem do processo sucessório, excluindo-as da posse da terra e colocando-as em uma condição de dependentes das decisões dos homens, inicialmente de seu pai e irmãos e, com o matrimônio, subordinadas ao marido.

Outro ponto importante é o dado do Censo Agropecuário (IBGE, 2019) apontando que menos de 20% dos estabelecimentos rurais pertencem às mulheres. Além disso, as propriedades registradas em nome de mulheres possuem áreas muito

menores que aquelas registras em nome de homens. Esta informação mostra que mesmo as mulheres proprietárias de terra se encontram em desvantagem em relação aos homens.

Essa desigualdade tem como uma de suas extremas formas de manifestação a violência contra as mulheres, que é resultado de uma assimetria de poder que se traduz em relações de força e dominação. Desse modo, a violência baseada no gênero tem se constituído em um fenômeno social que influencia sobremaneira o modo de viver, adoecer e morrer das mulheres. (Guedes; Silva; Fonseca, 2009, p. 626)

Entende-se, portanto, que tais violências impactam diversos aspectos da vida de quem as sofre, sendo resultado da territorialização do poder em mãos masculinas. Sobre esta questão, Saffioti (2015, p. 90) afirma que:

(...) o próprio gênero acaba por se revelar uma camisa de força: o homem deve agredir, porque o macho deve dominar a qualquer custo; e a mulher deve suportar as agressões de toda ordem, porque seu “destino” assim o determina.

Percebe-se que os diferentes tipos de violências (física, moral, psicológica, sexual e patrimonial) são frutos dos estereótipos delimitados aos homens e as mulheres, que privilegiam o gênero masculino, colaborando para a subalternização feminina. Sobre esta questão, o Observatório da Questão Agrária do Paraná (2021, p. 149) afirma que:

A questão agrária demonstra um processo de desigualdade e de exclusão da classe trabalhadora, mas se mostra ainda mais violenta quando se intersecciona com gênero, classe e etnia. No campo ainda predomina a concepção política e cultural de família patriarcal, na qual o poder dos homens desvaloriza as mulheres e as gerações mais jovens, desconsiderando seus papéis de protagonistas na construção da vida no campo. Ao mesmo tempo, a distância entre as casas favorece o processo de segregação e dominação, especialmente das mulheres, que se veem isoladas e sem apoio para romper o ciclo de violência.

Nota-se que o isolamento e a manutenção da estrutura patriarcal no campo contribuem para com a reprodução das desigualdades e violências de gênero vivenciadas pelas mulheres camponesas.

Conte, et al (2020, p. 131) argumentam que:

(...) as relações de poder do homem sobre a mulher tornam-se uma violência profunda, pois a maioria das mulheres, por essa intensa jornada de trabalho, tem dificuldade de refletir, estudar, se organizar e entender que o trabalho realizado por elas gera renda, que são capazes, que podem decidir.

Esta realidade contribuiu para com as desigualdades de gênero existentes dentro da sociedade patriarcal, uma vez que colabora com a manutenção da

dependência feminina, que não se restringe apenas às questões econômicas, mas sobretudo emocionais.

Gehlen e Cherfem (2021, p. 4) confirmam tal realidade a partir de um estudo realizado em que afirmam:

(...) no âmbito informal, as vivências, as observações e os diálogos a respeito dos crimes de violência doméstica saem do silenciamento, mas, como revelou a investigação, eles não são denunciados e, portanto, tornam-se invisíveis para o Estado e para a sociedade de modo geral.

Entende-se, em suma, que existem alguns fatores para que não haja denúncias em relação às violências sofridas: 1) medo de sofrerem retaliações ainda mais violentas por parte de seus agressores; 2) falta de instrução sobre seus direitos; 3) normalização das práticas violentas e o fato de os homens acharem que são os proprietários dos corpos femininos; e 4) dependência financeira que as vítimas têm dos seus agressores.

Outros fatores também contribuem para a intensificação da violência contra as mulheres no campo, que muitas vezes não são vistas como ser uno, mas como agregada ao homem, a quem pertence. Neste sentido,

A violência no campo representa o próprio processo histórico de formação desse espaço, permeado por conflitos e disputas territoriais, que ajudaram a formar a cultura atual, impondo à mulher subordinação e papel secundário. A violência no campo impede e retira o protagonismo das mulheres, inferioriza-as em relação aos homens e se traduz em uma sucessão de manifestações. (Observatório da Questão Agrária do Paraná, 2021, p. 166)

Segundo Lorenzoni, Rodrigues e Santos (2020, p. 150), “(...) para nós mulheres do campo, em se tratando do trabalho na agricultura, enfrentamos outras violências, como a não participação ativa nas decisões da administração da unidade de produção, além da tripla jornada de trabalho da roça até a cozinha”. Por isso, entende-se que não se restringe apenas a violência física, mas sobretudo a psicológica e moral.

Essas violências podem acarretar danos irreparáveis à saúde das vítimas (desde ferimentos físicos a traumas psicológicos), mas que não se restringem às vítimas, mas se estendem aos indivíduos que vivenciam as agressões.

Por outro lado, os coletivos de mulheres dos movimentos sociais de luta pela terra promovem o debate e a conscientização. Além disso, defendem a implementação de políticas públicas que favoreçam as mulheres do campo. Um desses coletivos é o Feminismo Camponês Popular, caracterizado por atuar no

campo, realizando ações que vão ao encontro das necessidades de gênero de quem vive nesta realidade.

As demandas das mulheres do campo são diferentes das mulheres urbanas. Por isso, o feminismo camponês popular nasceu com objetivos diferentes do feminismo das mulheres da cidade, geralmente brancas e de classe média, como explica Calaça, 2021, p. 43:

Tanto as camponesas quanto as mulheres negras nunca lutaram pelo direito ao trabalho, pois essa realidade elas vivenciaram desde muito novas. Sua luta em relação ao trabalho tem relação com reconhecimento e valorização. Essas diferenças contribuem para que ao olhar para o feminismo, muitas não reconheçam ali suas lutas.

Os coletivos de mulheres camponesas são extremamente importantes, uma vez que partem do conceito de interseccionalidade para compreender as múltiplas facetas das mulheres camponesas (raça, classe social, gênero, modo de vida etc.). Por isso, o feminismo tradicional não abarcaria as múltiplas demandas existentes no campo, uma vez que as mulheres não lutam pelo direito ao trabalho, mas pelo reconhecimento dele, tendo a necessidade por um movimento que possuísse maior inclusão dos múltiplos papéis, fazendo surgir o Feminismo Camponês Popular, organizado pela Coordenação Latina Americana das Organizações do Campo (CLOC) e que possui movimentos de viés feminista espalhados por países da América Latina, como explica Calaça (2021, p. 43):

A Cloc conta com vários movimentos de mulheres, entre eles, os mais conhecidos com atuação nacional em seus países são: no Chile, La Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (ANAMURI); no Paraguai, a Coordinadora Nacional de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas (CONAMURI); no Uruguai, a Rede de Mujeres; na Bolívia, a Confederación Nacional de Mujeres Campesinas de Bolivia Bartolina Sisa e Mujeres interculturales; no Peru, a Federación Nacional de Mujeres Campesinas, Artesanas, Indígenas, Nativas y Asalariadas del Perú (FENMUCARINAP); na República Dominicana, a Confederación Nacional de Mujeres Campesinas (CONAMUCA); no Brasil, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) (...).

Nota-se, portanto, a importância das articulações realizadas pela CLOC para fortalecer os movimentos do campo em favor das mulheres camponesas. Eles contribuem para o empoderamento feminino e buscam uma sociedade mais justa e igualitária.

No Brasil, Calaça (2021, p. 47) informa que,

O Movimento de Mulheres Camponesas surgiu pontuando as questões das mulheres da roça, que não se viam incluídas nas outras organizações das quais faziam parte, pois suas demandas estavam sempre em último

plano, ou até mesmo eram desconsideradas. Sentiam que havia questões que as atingiam que não eram tratadas com a devida importância nesses coletivos.

Nota-se que o objetivo do MMC é trazer para o debate pautas negligenciadas, buscando dar visibilidade às demandas de gênero no campo, incluindo questões que já foram discutidas aqui (acesso das mulheres do campo à educação, reconhecimento do trabalho feminino no campo, acesso à terra igualitário nos casos de herança e a superação das violências de gênero).

Essas ações permitem que haja maior participação ativa das mulheres no campo, contribuindo para o seu empoderamento, como explicam Lorenzzoni, Seibert e Collet (2020, p. 17-18):

Para as camponesas, as lutas de gênero, de classe e de etnia/raça são inseparáveis. Elas se entrelaçam e têm sido assumidas por nós mulheres camponesas em todos os momentos e espaços, tendo em vista a construção do projeto democrático e popular para o Brasil. Entendemos que é preciso transformar as relações sociais de gênero que oprimem e discriminam, que não reconhecem o trabalho produtivo das mulheres no campo e nem o valor do trabalho reprodutivo, fundamental para manutenção do modo de vida camponês. É preciso transformar a sociedade, superar as relações capitalistas, patriarcais e racistas.

A interseccionalidade está muito presente nas articulações do MMC, uma vez que esta não desassocia as diferentes características presentes dentro de um mesmo indivíduo, entendendo a complexidade que compõe as mulheres. Para elas também é necessário transformar as relações sociais, ou seja, buscam a ruptura da homogenia existente dentro da sociedade patriarcal e racista que estão inseridas, de modo com que haja a transformação do campo.

Por meio de todos os apontamentos realizados neste tópico, compreendeu-se que o patriarcado se materializa de diversas formas no campo, atuando para aprofundar e legitimar a subalternização das mulheres, seja em relação ao acesso à terra, à escolarização, à falta de voz nas propriedades rurais, aos ciclos de violência no campo. Entretanto, a existência de movimentos sociais feministas no campo e os coletivos de mulheres dos movimentos sociais de luta pela terra organizou a luta pelos direitos das mulheres do campo, sobretudo as camponesas.

3 A LUTA PELA TERRA E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES

Inicialmente, é importante esclarecer o que se entende por reforma agrária e compreender como se encontra a conjuntura brasileira em relação a ela. Segundo Fernandes (1999, p.8), “reforma agrária virou uma metáfora. As palavras são usadas em diferentes trabalhos na academia referindo-se à luta pela terra e à conquista da terra pelos sem-terra”. E isso ocorre porque fatores como: não há de fato no Brasil uma política efetiva em prol da reforma agrária e também devido ao desconhecimento até mesmo dentro da academia sobre como esta se configura. As poucas ações tomadas pelos governos em torno da demanda por terra só existiam em virtude da luta de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (Fernandes, 1999).

Em relação à legislação sobre o tema, existem instrumentos jurídicos que historicamente nortearam as ações, como o Estatuto da Terra (Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964), criado no início da Ditadura Militar, mas com a intenção de deslegitimar as ações das Ligas Camponesas, que vinham sendo realizadas no espaço agrário brasileiro desde o início dos anos 1950 (Morais, 1997).

Tendo como principal objetivo a garantia de reforma agrária no país, o que nunca ocorreu, o Estatuto da Terra definiu esta política pública como “o conjunto de medidas que visam a promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade” (Brasil, 1964, p. n/p). Entretanto, o que houve foi exatamente o contrário: a concentração fundiária aumentou exponencialmente e houve a expulsão de milhões de trabalhadores rurais da terra, sobretudo em consequência da modernização da agricultura que:

não foi um obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo, ao contrário, houve a unificação entre o latifundiário e o capital industrial, numa aliança entre capital e propriedade da terra intermediada pelo Estado. Essa aliança possibilitou que a economia rural subsidiasse o desenvolvimento industrial. Além disso, a alta concentração de terra e, conseqüentemente, o êxodo rural, garantiu a criação de um exército industrial de reserva que barateava a força de trabalho no meio urbano. (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2020, p. 19)

Desse modo, a união entre os latifundiários e os industriais promoveu a manutenção da concentração fundiária no Brasil, que perdura desde a invasão europeia. Além disso, o processo de industrialização ocorreu em virtude do capital

acumulado com a produção cafeeira. Por isso, no Brasil, não houve um rompimento entre os proprietários de terra e os industriais (como na Europa) porque aqui, muitas vezes, eles eram a mesma pessoa (Martins, 1981).

No Sudeste, entre o final do século XIX e início do XX, em virtude da baixa nos preços do café no mercado internacional, muitos latifundiários migraram seu capital para a indústria urbana.

No Brasil, diversos elementos impossibilitaram que o modelo da reforma agrária clássica fosse implementado no processo de industrialização do país. O primeiro deles é a relação entre a oligarquia rural e a burguesia industrial. Diferentemente da europeia, a mudança das classes proprietárias rurais pela nova burguesia industrial não exigiu uma ruptura total do sistema por razões estruturais. No caso brasileiro, a concentração fundiária. Milhões de camponeses migraram para os centros urbanos para vender sua força de trabalho, como mão de obra barata nas indústrias e nas demais atividades econômicas urbanas. (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2020, p. 27)

Diante desta realidade, uma política de reforma agrária é ainda mais importante para promover justiça social, aumentar a produção de alimentos, democratizar o acesso à terra e garantir o cumprimento da função social da terra.

Desse modo, este capítulo está centrado na compreensão do papel desempenhado pelas mulheres na luta pela terra, sobretudo dentro dos principais movimentos sociais que se articularam a partir do século XX: as Ligas Camponesas e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

3.1 PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS LIGAS CAMPONESAS

Os movimentos sociais do campo desempenham papel de destaque na luta pela terra no Brasil. As poucas conquistas dos camponeses são fruto de muita resistência e embate político desses sujeitos prol do direito à terra e do cumprimento do princípio constitucional da função social da terra.

Os movimentos sociais são organizações formadas a partir da ação coletiva de indivíduos para reivindicar direitos a eles cerceados pelo próprio Estado. Neste sentido, é fundamental compreender como estes movimentos são definidos conceitualmente. Para isso, resgatamos a análise do sociólogo italiano Alberto Melucci.

(...) defino analiticamente um movimento social como uma forma de ação coletiva baseada na solidariedade, desenvolvendo um conflito, rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação. Estas dimensões permitem que os movimentos sociais sejam separados dos outros fenômenos coletivos (delinquência, reivindicações organizadas, comportamento agregado de massa) que são, com muita frequência, empiricamente associados com “movimentos” e “protestos”. (Melucci, 1989, p. 57 – grifos do autor)

Nem toda manifestação pode ser interpretada como um movimento social. É preciso que haja ações de planejamento, pautas e demandas bem definidas. Para isso, são necessárias articulação e estruturas organizativas que amparem as ações e objetivos almejados.

A pesquisadora Maria da Glória Gohn destaca a importância que os movimentos sociais possuem para a formação de conhecimento. Segundo ela:

(...) eles são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes. Entretanto, não se trata de um processo isolado, mas de caráter político-social. Por isto, para analisar estes saberes deve-se buscar as redes de articulações que os movimentos estabelecem na prática cotidiana, e indagar sobre a conjuntura política, econômica e sócio-cultural do país quando as articulações acontecem. Estas redes são essenciais para compreender os fatores que geram as aprendizagens e os valores da cultura política que são sendo construídos no processo interativo (Gohn, 2010, p.1).

Entende-se, portanto, que os movimentos sociais contribuem significativamente para a formação crítica dos cidadãos, indo de acordo com as conjunturas que fazem com que esses indivíduos aderem aos respectivos movimentos sociais. Desse modo, e por meio das articulações que estes passam a fazer parte, tornam-se questionadores da realidade social que os cerca. Sendo assim, percebe-se o poder de transformação social que estes movimentos possuem.

Um dos mais importantes movimentos sociais camponeses do Brasil, as Ligas Camponesas, surgiu no final dos anos 1940, como resultado da organização política do Partido Comunista Brasileiro (PCB), muito atuante desde 1922.

O retorno do país ao regime de garantias democráticas (em 1945), interrompido pelos dez anos de ditadura de Vargas, propiciou uma grande mobilização de massas camponesas na maioria dos estados brasileiros. Nesse esforço, se destacou naquele período, o Partido Comunista, como única organização que se dedicava às massas rurais. (Morais, 1997, p. 12)

Desse modo, o movimento realizado pelos camponeses na busca pela justiça social em torno da terra foi fruto da conexão política existente entre as organizações camponesas e o PCB.

É importante compreender com maior profundidade o contexto político no qual as Ligas Camponesas surgiram, pois isto é essencial para o entendimento dos fatores que levaram a sua criação.

A sociedade brasileira, desde a sua gênese, tem a concentração fundiária como uma das suas principais marcas, o que contribuiu para uma série de revoltas populares pelo acesso à terra (Guerra de Canudos, Revolta da Cabanagem, Guerra do Contestado etc.), ou seja, em cada período houve diferentes contextos e motivações para as insatisfações populares, mas todas elas estavam de alguma forma relacionadas à terra.

Morissawa (2001), discorre sobre os fatos que levaram a articulação das Ligas camponesas no nordeste brasileiro, apontando para o aumento do foro (aluguel de engenhos), a autora diz que:

Em 1955, os donos do Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, impuseram o aumento do preço do foro e tentaram expulsar os foreiros da terra, que passaram a se mobilizar. Foi quando o advogado e deputado Francisco Julião, do PSB (Partido Socialista Brasileiro), passou a representá-lo. (Morissawa, 2001, p. 92-93)

É válido salientar que as Ligas Camponesas não foram um movimento isolado geograficamente. Manifestou-se em diferentes porções do território brasileiro e isto também é resultante da influência do PCB.

Martins (2022, p. 134-135), analisa as motivações da população camponesa para as articulações em prol das Ligas em outras porções do Brasil. Segundo ele:

Esse processo de acumulação de capital na agricultura e a sequente expulsão dos camponeses do interior das fazendas geraram lutas, resistências e organizações de classes dos camponeses. Essas organizações se expandiram por todo o território nacional, portadoras de um projeto político expresso na reforma agrária radical e na luta pelos direitos trabalhistas no campo.

Ainda sobre as motivações que culminaram na criação das Ligas Camponesas, Morais (1997) destaca as insatisfações dos trabalhadores rurais assalariados em relação às condições de trabalho e à falta de direitos aos quais os trabalhadores rurais estavam submetidos. Pequenos proprietários de terra, mesmo que não vendessem sua força de trabalho, vendiam o fruto do seu trabalho. Essa relação também era injusta do ponto de vista socioeconômico.

Foi exatamente para lutar contra esse quadro dantesco de sofrimento e de exploração que as ligas camponesas surgiram e se consolidaram no Nordeste, a partir de janeiro de 1955, com a fundação da Sociedade de

Agricultura e de Criação dos Plantadores de Pernambuco, no Engenho Galileia, situado no município pernambucano de Vitória de Santo Antão (Julião, 2009). Com o desenrolar da luta é que vão se consolidar as grandes bandeiras do movimento: a luta contra a elevação do foro, a luta contra o cambão, a luta contra os salários aviltantes, a luta pela reforma agrária. (Targino, Moreira e Menezes, 2011, p. 91)

Com base no exposto, reforça-se as condições precárias sob as quais os trabalhadores rurais estavam submetidos e que contribuíram para a intensificação da situação de pobreza em que estes se encontravam, podendo citar como agravante as baixas remunerações que recebiam em troca de suas forças de trabalho. Os autores citados também complementam apresentando o contexto político sob o qual o movimento surgiu. Segundo eles:

A repressão política ao movimento das Ligas Camponesas se expressou em assassinatos, perseguições, prisões, mas também se difundiu em sentimentos de medo e imaginário de terror nas populações do campo e da cidade. Isso, a nosso ver, levou ao silenciamento da memória das ligas camponesas, seja pelos que participaram diretamente, seja por outros que vivenciaram a repercussão pública dos acontecimentos. (Targino, Moreira e Menezes, 2011, p.85)

Morissawa (2001) argumenta que, mesmo sob esse contexto político, as Ligas Camponesas reuniam-se em encontros e congressos. A autora também analisa os posicionamentos da Igreja Católica e do Partido Comunista Brasileiro a respeito dos ideais do movimento:

Em 1962 vários encontros e congressos foram realizados reunindo representantes das diversas ligas. A essa altura, a consciência camponesa estava formada no sentido da luta em torno de uma reforma agrária radical. Os camponeses resistiam na terra e chegavam a realizar ocupações de terras. Eles tinham por lema “Reforma Agrária na lei ou na marra.” A posição do PCB e da Igreja Católica era, no entanto, por uma reforma agrária por etapas, com indenização em dinheiro e títulos aos proprietários.” (Morissawa, 2001, p. 93 - grifos da autora).

Silva e Santos (2020, p.70), destacam as dificuldades enfrentadas pelas camponesas em um período no qual o apoio às suas ações era muito pequeno. Segundo elas:

Certamente, o processo das lutas das mulheres nas organizações e nos movimentos populares nunca foi algo comum de aceitação. Se na atualidade é tão complexa a aceitação e compreensão das lutas do feminismo dentro do campo agrário, imaginemos então quanto não foi duro e penoso para as mulheres que deram esse pontapé nas lutas sociais. Suas garras demarcaram na história muitos pontos fundamentais, como estratégias de sobrevivência, organização estratégica de ações e fortalecimento de luta, que nos reafirmam como parte da história, muitas delas apagadas pelo machismo, pelo patriarcado e pelo latifúndio.

Porém existiram mulheres que tomaram frente e foram reconhecidas pelos seus esforços em prol das Ligas Camponesas, como Elizabeth Teixeira, paraibana e primeira mulher a liderar uma Liga Camponesa. Rocha (2022), relata a trajetória de Dona Elizabeth na luta pela reforma agrária, salientando que ela veio de uma família de proprietários rurais, mas que, ao se apaixonar por um camponês que prestava serviços na fazenda do pai, engajou-se na luta pela reforma agrária, uma vez que, seu marido João Pedro, indignado com a realidade pela qual os camponeses vivenciavam no campo, articulou a Liga Camponesa do município de Sapé, na Paraíba. A luta travada por eles, rodeada de ameaças e represálias, culminou na morte de João Pedro Teixeira. Desse modo, dona Elisabeth Teixeira tomou a frente da Liga Camponesa de Sapé, sendo exemplo de resistência e luta em prol da reforma agrária.

Muniz (2010), salienta que:

No entanto, Elizabeth Teixeira quando assumiu a luta de João Pedro Teixeira. Por meio dessa escolha fez com que ela entrasse para as páginas da história das Ligas Camponesas. Já que ela assumiu os riscos e perigos de uma época em que questionar a ordem existente em favor de outra era uma insurgência política da qual, muitos sofreram as penalidades com a própria vida. Elizabeth Teixeira também foi alvo de muitas perseguições quando ela assumiu como também continuou a luta de seu esposo, e como líder camponesa foi muitas vezes intimada, presa e insultada. Diante do aumento das perseguições que aumentavam até que Elizabeth Teixeira decidiu fugir para o Rio Grande Norte. Por mais de uma década Elizabeth Teixeira ficou “auto” exilada, passando até mesmo despercebida já que ela assumiu também outra identidade, passando a se chamar Marta Maria Costa. (Muniz, 2010, não paginado - grifos do autor)

Desse modo, Elizabeth Teixeira é um exemplo de mulher que lutou e resistiu em prol da conquista por direitos ao acesso à terra dos camponeses no Brasil, mesmo após a morte de seu marido, não temeu e tomou frente de uma batalha árdua em defesa da Reforma Agrária no país. Entretanto, Soares (2019, não paginado) salienta a falta de pesquisas sobre o papel desempenhado por Dona Elizabeth. Segundo a autora:

(...) apesar de muitos trabalhos sobre as Ligas Camponesas abordarem sobre a militante Elizabeth Teixeira, seu protagonismo é muitas das vezes esquecido nas pesquisas, que apenas se atém em analisar a trajetória de seu marido ou a militância de Elizabeth em prol da perpetuação da memória sobre a trajetória política do seu esposo. Pouco se fala sobre quem foi Elizabeth Teixeira, sua trajetória de vida, como ela se tornou uma militante ou propriamente sua trajetória política.

Outro grande exemplo feminino na articulação das Ligas Camponesas é Alexina Lins Crespo. Vinda de família de classe média, sem relação direta com o campo, casou-se com Francisco Julião, advogado e fundador das Ligas. Ela desempenhou papel fundamental na articulação do movimento no contexto internacional:

Ignorada pelos livros sobre a história recente do país, Alexina Lins Crespo de Paula não foi uma militante de esquerda comum. Ela praticamente respondia pelas relações internacionais das Ligas Camponesas, um dos movimentos sociais mais expressivos do Brasil e que agitou o Nordeste do final dos anos 1950 a meados de 1960. (Lins, 2012, não paginado)

Como consequência do trabalho de articulação desempenhado nas Ligas Camponesas, Alexina conheceu importantes líderes, como Fidel Castro e Che Guevara.

Após a dispersão dos integrantes das Ligas, por perseguição dos militares, Alexina foi exilada e viveu anos no exílio. Mas quando retornou ao país, no início dos anos 1980, continuou sua luta em prol do acesso democrático à terra, participando inclusive das organizações de mulheres no campo (MST, 2013).

Entretanto, muitas pessoas apenas viram Alexina Lins Crespo apenas como “a mulher de Francisco Julião”. A pesquisadora Thalita Maciel Soares pontua que:

Contudo, sua trajetória política não pode ser confundida com a de Francisco Julião, que apesar de ter sido influenciador, não foi seu mestre, muito menos sua principal inspiração. Enquanto o marido tendia a ser mais político do que revolucionário, Alexina era o que Joseph Page (1989) denominou de “loira de olhos duros” e uma das principais ameaças revolucionárias das Ligas, no sentido de fazer parte dos militantes que defendiam a luta armada e o lema “Reforma Agrária, na lei ou na marra” à risca. (Soares, 2019, n/p. – grifos da autora)

Em suma, percebe-se que as Ligas Camponesas possuíram em suas articulações a intensa participação feminina, ou seja, mulheres que desempenharam papéis importantes em prol do acesso à terra e a melhores condições de trabalho e renda aos camponeses.

3.2 ARTICULAÇÃO DAS MULHERES DO CAMPO NA ATUALIDADE

As ações realizadas pelas mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) são fruto de diversas articulações e lutas dentro e fora do

movimento. Mas, para que estas ações se tornassem realidade, houve a inclusão das mulheres nas instâncias de participação e decisão política do movimento. Com isso, elas conseguiram ampliar a pauta de reivindicação do MST: além de terra, mostraram que era preciso educação para as crianças, produção de alimentos sem venenos e igualdade de gênero entre os integrantes das comissões e dos núcleos do MST.

As mulheres já realizavam um trabalho ativo dentro dos movimentos sociais do campo desde o final dos anos 1970. Entretanto, este não era reconhecido e valorizado porque elas desempenhavam “funções de mulher”. O trabalho das mulheres na luta, mesmo existindo desde o início dos movimentos, foi invisibilizado porque era considerado “trabalho dos homens”.

Novais et al. (2021, p.53), discorre sobre a participação das mulheres nos espaços de luta dos movimentos do campo desde o seu início, porém frisa a luta travada por elas, para que pudessem participar das questões políticas:

As mulheres participam desde as primeiras ocupações de terras, inovando a estratégia de luta, onde famílias inteiras se deslocavam para as ações: mulheres, crianças e juventude, idosos. No entanto, isso não significou de início a participação das mulheres nos espaços políticos e deliberativos do movimento, entre estar na luta e estar nas direções dos processos de luta havia uma grande distância e as mulheres tiveram de fazer uma segunda ocupação a partir das instâncias. (Novais et al., 2021, p.53)

A partir das demandas específicas das mulheres camponesas, em 1994 foi criada a Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC), que compõem a Via Campesina e atua em 18 países da América Latina e do Caribe. A CLOC conta atualmente com o apoio de 84 organizações, entre elas o MST, e tem como objetivos:

(...) desenvolver a solidariedade, a unidade na diversidade entre as organizações membros para promover relações econômicas de igualdade, paridade de gênero, justiça social, a preservação e conquista de terras, água, sementes e outros recursos naturais; soberania alimentar; produção agrícola sustentável e igualdade baseada na produção de pequena e média escala. (CLOC - LA VIA CAMPESINA, 2010, não paginado).

A CLOC organiza as ações para a organização de um Feminismo Camponês na América Latina. Calaça (2021, p. 43), define as camponesas feministas como mulheres que, “mesmo em outras organizações, participando de outras lutas, sentem a necessidade de se auto-organizarem para que as pautas das mulheres não sigam invisíveis”.

Em relação à realidade brasileira, as articulações femininas no campo começaram a ganhar corpo no final do século XX, como explica a socióloga Valdete Boni:

Anteriormente, de forma isolada nos estados brasileiros, as organizações de mulheres existem desde a década de 1980, como é o caso do MMA em Santa Catarina, do MMTR no Rio Grande do Sul e Paraná e das extrativistas no norte e nordeste do Brasil, como as quebradeiras de coco de babaçu. Na década de 1990 esses movimentos começaram a se articular e criaram a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), que resultou na criação do MMC em 2004. (Boni, 2013, p. 69)

Nesse período, as mulheres começam a conquistar o reconhecimento pelas lutas travadas por elas no campo. Isso ocorreu em virtude da influência e da articulação iniciada pelas mulheres dos movimentos sociais ligados ao debate de gênero no campo e na cidade, como em 1986 – quando as camponesas conquistaram o direito de receber um lote de terra em assentamentos rurais – o que antes não era permitido (Morissawa, 2001).

É importante destacar um conceito de importante discussão para as mulheres que se articulam no campo: o *Feminismo Camponês e Popular*, uma ideologia que se faz presente nas articulações femininas do campo, com ênfase na atuação das camponesas dentro deste recorte espacial. De acordo com Michela Katiuscia Calaça:

O conceito surgiu, aproximadamente, em 2009-2010, em meio aos debates sobre se as lutas realizadas pelas camponesas eram feministas ou não. Durante esses debates em 2015, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) no Brasil resolveu iniciar um processo organizado de discussão sobre o seu feminismo, promovendo diversas atividades internacionais, nacionais, estaduais e comunitárias para discutir o Feminismo Camponês Popular e sua pertinência na realidade camponesa brasileira, passando a partir de 2017 a usar com mais firmeza o conceito. (Calaça, 2023, p. 3)

O conceito vem sendo debatido recentemente, formulado como uma resposta às reivindicações das mulheres camponesas em torno das lutas realizadas no campo.

Coradin e Schwendler (2023, p. 4), apontam para a importância do Feminismo Camponês Popular, ao afirmar que:

Ele é constituído por uma perspectiva interseccional de classe, gênero e raça, e assume o enfrentamento direto ao capitalismo colonista, extrativista, racista e patriarcal. Nessa esteira, esse feminismo assume a centralidade da luta pela terra; da luta pelo controle e gestão social dos bens naturais (solos, águas, matas etc.); da luta pela soberania e segurança alimentar e nutricional; da luta na defesa da agrobiodiversidade; na luta pelo direito das mulheres ao acesso a terra; bem como a luta contra a violência e pela igualdade de gênero nas múltiplas dimensões da vida doméstica, social e do trabalho (MST, 2020 apud Coradin e Schwendler 2023, p. 4).

Portanto, o feminismo presente no campo permite que as mulheres resistam às relações de poder impostas sobre elas, pois permite que estas lutem pela equidade de gênero nos espaços habitados por elas no contexto do campo, levando em consideração diferentes realidades, como exemplificado na citação anterior.

Outro ponto a ser destacado, é em relação às diferenças existentes entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as articulações realizadas pelo Movimento das Mulheres Camponesas (MMC). Ambos se fazem presentes no contexto do campo brasileiro, mas possuem objetivos de luta diferentes. A articulação do segundo existe independentemente do primeiro, pois ambos são movimentos sociais distintos.

Cabe ressaltar sob qual anseio surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que segundo Paim e Gasaretto (2007, p. 211):

Os movimentos sociais ligados ao campo, mais especificamente o MST, estabeleceram uma leitura histórica na forma de como foi sendo tratada a terra na perspectiva do modelo de sociedade moderna capitalista, principalmente no que diz respeito à concentração de terras, exploração e espoliação do homem do campo, provocando êxodo rural, aumento de favelas, desemprego, miséria. Esse processo de exclusão e de espoliação do ser humano do campo foi obrigando a busca de alternativas que levaram camponeses (as) à constituição de seus movimentos.

Assim, reforça-se o que foi dito anteriormente em relação às pretensões que levaram a construção do MST, que tinha como objetivo primordial, a luta pela reforma agrária e pela justiça social, levando mais dignidade aos (as) trabalhadores (as) do campo. A socióloga Renata Gonçalves dialoga sobre a participação das mulheres no MST no início do movimento:

O reconhecimento da necessidade de participação das mulheres no MST é fruto de um processo complexo e contraditório ainda em andamento. Na fase inicial o movimento se debruça muito pouco sobre as chamadas questões de gênero e em suas primeiras publicações, a preocupação com a formação das mulheres é nula. A chamada “questão da mulher” ou estava ausente ou era tratada como assunto interno e, portanto, não necessitava ser publicizada (SILVA, 2004, p. 40). (Gonçalves, 2009, p. 200 - grifos da autora)

Sendo assim, entende-se que inicialmente o MST não se preocupava com as pautas femininas do campo, evidenciando a estrutura patriarcal sob a qual a sociedade está estruturada, e refletida no próprio movimento. Entretanto, percebe-se que na atualidade tal realidade vem se transformando, sendo percebida por meio dos espaços coletivos conquistados pelas mulheres a discussão de pautas diversificadas, que não se restringe apenas à reforma agrária.

Por outro lado, também há o Movimento das Mulheres Camponesas. As primeiras articulações em torno deste movimento ocorreram no início dos anos 1980, assim como o MST, mas foram marcadas pela expressão da insatisfação em virtude da condição subalterna imposta às mulheres do campo.

Segundo Lorenzoni, Seibert e Collet (2020, p. 14):

Ainda que nós mulheres participássemos, amplamente, desse processo de luta pelo fim do golpe militar, contra a fome, desigualdade e injustiças impostas pela perversidade do capitalismo e do patriarcado, nós, como mulheres, vivíamos no anonimato e invisibilizadas.

Foi a partir dessa realidade que as camponesas iniciaram as organizações dos espaços de debates para a mudança da realidade em que se encontravam. Entretanto, foi apenas no início dos anos 2000 que houve a consolidação das demandas das mulheres camponesas, sobretudo em virtude da realização das marchas e dos encontros nacionais, como a Jornada das Mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) (Lorenzoni, Seibert e Collet, 2020).

Desse modo, compreende-se que, ambos os movimentos lutam por problemáticas do campo, porém enquanto o foco do MST é a reforma agrária, o MMC busca em suas articulações a igualdade de gênero no campo, além disso, este segundo movimento é composto exclusivamente por mulheres, desse modo, sua atuação ocorre em torno de pautas femininas, na busca pela promoção da produção agrícola sustentável, equidade de gênero e no combate a violência de gênero no campo.

Em relação às pautas levantadas pelas mulheres engajadas no MST e no MMC, muitos foram os desafios enfrentados para conquistar os espaços de decisão do MST, a principal foi a participação nas instâncias de decisões políticas dentro do MST (Santos; Betto, 2021).

Além das ações dos movimentos sociais camponeses voltadas à luta feminina, há também eventos conjuntos, como a Marcha das Margaridas, organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), iniciada em 2000 e que em 2023 chegou à sua sétima edição.

A manifestação recebeu esse nome em homenagem a Margarida Maria Alves, militante das causas do campo assassinada na década de 1980 enquanto lutava pelos direitos dos camponeses. Para Silva (2014, p. 13):

Uma dessas simbologias, e a principal, é representada pela figura de Margarida Maria Alves. O nome que adjetiva a Marcha é uma homenagem a essa mulher, trabalhadora rural, ex-líder sindical, que morreu assassinada, na porta da sua casa, em Alagoa Grande, na Paraíba, em 1983. Margarida Alves é sempre evocada como um símbolo de força, de coragem, de resistência e de luta, servindo como inspiração e estimulando as mulheres a lutarem por igualdade de gênero, justiça, autonomia e igualdade e contra todas as formas de discriminação e violência no campo, particularmente a violência sexista.

O objetivo da marcha é a “construção de um projeto de sociedade que propõe um Brasil sem violência, onde a democracia e a soberania popular sejam respeitadas, a partir de relações justas e igualitárias” (Marcha das Margaridas, 2023, não paginado). Além disso, “seu caráter formativo, de denúncia, pressão, e também de proposição, diálogo e negociação política com o Estado, tornou-se amplamente reconhecido como a maior e mais efetiva ação das mulheres no Brasil” (Marcha das Margaridas, 2023, não paginado).

Cavalcanti e Lima (2016, p. 98), complementam as motivações e objetivos que fizeram com que milhares de trabalhadoras rurais se articularem em prol deste movimento político:

Quando as Margaridas foram às ruas, em 2000, levaram indignação e vontade de justiça. A morte de Margarida Alves e a constituição do movimento evidenciam a realidade e a luta de muitas mulheres. Após 18 anos do seu homicídio e a impunidade dos assassinos, as integrantes da Marcha das trabalhadoras rurais homenagearam a líder sindical e colocaram seu nome no ato de maior expressão e visibilidade das mulheres rurais. A luta dessas mulheres não começou naquele momento, pelo contrário, foi a participação política e empoderamento dessas mulheres, que já faziam parte de diversos outros movimentos e sindicatos que possibilitou a afirmação dessa história. Justamente por reconhecer as amarras que as prendem e pela consciência política adquirida, que esse movimento ganhou força e voz, que está vivo, latente e crescente nos dias atuais.

Além disso, “A Marcha das Margaridas configura-se em uma ação política, visto que é neste espaço que as mulheres trabalhadoras rurais ganham visibilidade e reconhecimento social” (Cavalcanti e Lima, 2016, p. 99). Isso ocorre devido à mobilização que é realizada por mulheres do Brasil todo para reivindicar pautas que muitas vezes são negligenciadas pelas esferas legislativa e executiva.

Outro evento importante é a Marcha Mundial das Mulheres, que também conta com ações voltadas às mulheres camponesas, tendo como objetivo:

Mudar o mundo e mudar a vida das mulheres em um só movimento. Igualdade para todas. Fortalecimento de espaços coletivos das mulheres: populares, autônomos e diversos. Ações com criatividade para enfrentar o

capitalismo patriarcal, racista e lesbobifóbico. Construção de alianças com os movimentos sociais em luta para transformar o mundo. Vincular o trabalho permanente em âmbito local com os temas e processos globais. Solidariedade e internacionalismo. (Marcha Mundial das Mulheres, 2023, não paginado)

As ações desenvolvidas pelas marchas contribuem para o empoderamento e ascensão das mulheres dentro dos movimentos sociais do campo, uma vez que as impulsionam em direção a um movimento mais participativo e democrático, que inclua as mulheres nas decisões destas organizações.

A relevância das mulheres na mudança de pauta dos movimentos é inquestionável. No MST, por exemplo, a presença delas é muito clara, como explicam Schwade e Paiva (2014, p. 69-70):

As mulheres e os jovens têm uma importância capital para o movimento. São sujeitos de direito que reivindicam seu lugar e a sua participação se efetiva quando conseguem garantir o seu espaço. Ou seja: se o MST insere percentuais de participação de mulheres e jovens em todas as suas instâncias deliberativas, desde a coordenação nacional e em toda a sua estrutura organizativa, o sentido da participação é ampliado e ressignificado por se inserir em um contexto amplo de lutas em que jovens e mulheres são sujeitos de direito.

Desse modo, a presença desses sujeitos na participação política do movimento permite que novos personagens ganhem voz dentro do MST, diminuindo a desigualdade de gênero e possibilitando novas pautas a serem debatidas dentro do coletivo.

Segundo a pesquisadora Mitsue Morissawa, após a inserção efetiva das mulheres no MST, muitas foram as mudanças.

Sua experiência nas ocupações, nos enfrentamentos e nas negociações, na lavoura, em suas casas ou barracos de lona, nas escolas, nas associações, nas cooperativas, no jornal e nas secretarias, resultou no Coletivo Nacional das Mulheres do MST. (Morissawa, 2001, p. 212)

Percebe-se as diferentes instâncias de atuação das mulheres camponesas no MST, sendo ampla as lutas abarcadas pelo debate de gênero – abrangendo também abordagens antirracistas, uma vez que, o racismo estrutural contribui para a perpetuação das desigualdades socioeconômicas, sendo possível percebê-lo na distribuição desigual de renda, no acesso aos recursos e na marginalização das mulheres negras, indígenas, etc. Com isso, a partir da abrangência da pauta antirracista, passou-se a promover também a representatividade negra, uma vez que, estes passaram a se enxergarem nas pautas do MST.

Segundo Silva e Rauber (2020), a produção de alimentos saudáveis também foi inserida na pauta do MST pelos coletivos de mulheres.

Nós, mulheres camponesas nos diferentes territórios, temos em nossos quintais produtivos vivências de agroecologia e, por isso, pautamos a defesa da vida, implementando saúde, desde o manejo do solo, modo de produzir, armazenar, comercializar e consumir. Isso significa a produção da terra, dos biomas, da biodiversidade e da cultura que herdamos, recriamos e ressignificamos, porque somos e constituímos os chamados povos tradicionais da terra. (Silva e Rauber, 2020, p. 106-107)

As mulheres camponesas prezam pela preservação do meio ambiente e pela soberania alimentar, o que inclui a produção de alimentos livres de agrotóxicos. Desse modo, ao produzir alimentos saudáveis, preserva-se os recursos naturais necessários à produção de alimentos (solos, recursos hídricos etc.), contribuindo também para com a manutenção da biodiversidade. É por isso que muitas camponesas afirmam que a agroecologia também é um ato político, como explicam Montelo, Silva, Teodoro e Azar (2019, não paginado):

Politicamente, a agroecologia constitui resistência e faz enfrentamento ao modelo excludente de desenvolvimento que se apropria dos saberes tradicionais, que impõe sua lógica de mercado e destrói os recursos naturais em nome da ganância. Tendo a agroecologia o papel de contraposição ao modelo convencional de agricultura, é importante ressaltar sua capacidade de fazer essa transformação por ser rico em saberes e tradições de uma cultura secular que privilegia a convivência harmoniosa dos camponeses com a natureza.

A análise dos autores sobre a agroecologia como um ato político, mostra que esta forma de produção de alimentos é centrada em práticas voltadas à sustentabilidade, ou seja, livre de agrotóxicos e fertilizantes químicos. Esta vertente vai em contramão ao agronegócio, pois este segundo é um modelo predatório e de mercado, ou seja, voltado para a exportação sendo os grandes responsáveis pela destruição dos recursos naturais do país.

Coradin e Schwendler (2023, p. 8) analisam a conquista da autonomia feminina nos âmbitos social e econômico por meio da agroecologia. Elas afirmam que:

Com a organização para a formação sociopolítica de gênero e para as práticas agroecológicas, as mulheres ampliam condições de expressar limites à atuação colonialista patriarcal dos homens na construção da agroecologia, provocam transformações nas relações de gênero, e asseguram maior autonomia, no âmbito do seu espaço e seu trabalho. A autonomia, aqui, é expressa na capacidade de as mulheres assegurarem renda monetária, associada à ampliação da sua capacidade de agência e subjetividade ativa, a qual se associa à ampliação do respeito e de maior valorização da sua capacidade feminina de produção, tomada de decisão, comercialização e agenciamento sociopolítico.

A afirmação é reforçada por Larissa Loyola e pelo coletivo As Camponesas, do assentamento Florestan Fernandes, localizado no município de Guaçuí-ES, que exemplifica como a agroecologia tornou-se fonte de renda para muitas das mulheres assentadas:

Com a comercialização dos produtos do coletivo As Camponesas, as mulheres adquiriram uma autonomia financeira perante ao marido e gera complementação na renda familiar. A garantia da autonomia financeira dá direito de escolha às mulheres, onde elas conseguem comprar o que elas acham necessário, principalmente materiais para a casa e sempre pensando na família e seu bem-estar. (Loyola, 2020, não paginado)

Desse modo, confirma-se a importância da agroecologia na vida das mulheres camponesas, uma vez que estas assumem o protagonismo e lutam contra as relações de poder do patriarcado nos assentamentos, buscando sua independência econômica e conquistando espaços dentro destes recortes espaciais.

Outra pauta importante das mulheres camponesas é o combate à violência de gênero, como apontam Lorenzoni, Rodrigues e Santos (2020, p. 153),

Durante a V Conferência da Via Campesina, em outubro de 2008, em Maputo, Moçambique, assumimos a campanha mundial, *Basta de Violência Contra as Mulheres*. Entendemos que a violência é um problema complexo de dimensão mundial e que o combate a todas as formas de violência em que vivem as mulheres do campo é papel de mulheres e homens que têm o compromisso de construir novas e melhores relações humanas, necessárias na construção de uma sociedade fraterna. Com essa decisão, intensificamos as lutas, construímos estratégias e ações nas organizações de mulheres e feministas afins, em cada país latino americano e intercontinental.

Nota-se a consciência existente no movimento para a realização de ações afirmativas buscando uma sociedade não violenta com as mulheres camponesas. O objetivo é combater os diferentes tipos de ataques e opressões sofridos por elas.

As articulações feministas do campo reconhecem que combater as diferentes formas de violência contribui para a superação das diferentes formas de opressão existentes no campo e cria espaços de diálogos que contribuem para o empoderamento e o pertencimento das pessoas historicamente discriminadas.

Muitos são os desafios enfrentados pelas mulheres camponesas. Mesmo com as conquistas já alcançadas, ainda há muito que lutar superar as formas de discriminação. É preciso reconhecer também a importância que as organizações em prol dos direitos dos trabalhadores do campo tiveram para com os desafios enfrentados pelas mulheres camponesas, uma vez que estas tiveram um importante papel para impulsionar e dar visibilidade às reivindicações.

Entretanto, o espaço feminino no interior dos movimentos sociais ainda precisa ser mais ocupado. Os atos em favor da atribuição das mulheres nos setores organizacionais do MST só ocorreram devido à luta política, à resistência e a força em prol dos ideais que até então não estavam representados frente às lutas políticas que antecedem a participação feminina, o que destaca a importância das mesmas na organização social e política do movimento.

3.3 ASSOCIATIVISMO DE MULHERES DO MST: COLETIVO SACOLAS CAMPONESAS

Este tópico tem como objetivo compreender o papel social e econômico desempenhado pelas mulheres pertencentes aos assentamentos rurais Eli Vive II. Para isso, é de suma importância a compreensão de como estas resistem às estruturas patriarcais presentes neste espaço, uma vez que a terra sempre foi vista a partir dos interesses masculinos. Esta intencionalidade ocasionou em um silenciamento dos papéis desempenhados pelas mulheres do campo ao longo dos séculos. Consequentemente, as personagens presentes nestes ambientes tornam-se símbolos de resistência no combate às desigualdades existentes no campo.

Campanha e Godoi (2017, p. 3), discorrem sobre as relações patriarcais presentes dentro dos assentamentos do MST, afirmando que:

(...) a divisão do trabalho dentro dos lotes camponeses está fundamentada nas relações gêneros, o feminino e o masculino ocupam espaços que foram construídos no decorrer dos séculos, independente do modo de produção vigente, as relações sociais sempre são pautadas no patriarcado, o resultado pode ser percebido ao vivenciar a divisão de trabalho camponesa.

O exemplo do coletivo das mulheres do assentamento Eli Vive II permite com que seja analisada a autonomia conquistada pelas mulheres dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Esta conquista se deu a partir da construção de uma emancipação feminina que as camponesas idealizaram por meio de suas articulações, seja nas organizações políticas do movimento, como em âmbito social e também para com a perpetuação de práticas sustentáveis. Ambos serão analisados no decorrer deste tópico e aprofundados no próximo capítulo.

É importante ressaltar que as conquistas alcançadas são fruto das lutas e resistências travadas por elas, por meio de articulações locais (no assentamento),

regionais e nacionais. Pode-se citar como exemplo a conquista das mulheres ao acesso aos lotes de terra, o que no início da formação do movimento, estas encontraram dificuldades devido a normativas que as descriminalizaram:

O Estatuto da Terra de 1964, a legislação sobre a reforma agrária vigente até 1985, deu prioridade a chefes de famílias maiores que quisessem dedicar-se às atividades agrícolas. Esses critérios discriminavam as mulheres, uma vez que, segundo as normas culturais, se um homem reside na casa, ele é sempre considerado seu chefe, uma norma apoiada no Código Civil de 1916 até que também foi modificada pela reforma constitucional de 1988. O critério do tamanho da família foi desfavorável à mulher chefe de família, uma vez que, por definição, são menores do que as famílias chefiadas por homens, dada a ausência de um adulto homem na primeira. Além disso, na seleção de beneficiários, o INCRA aplicou um sistema de pontuação através do qual homens de idade entre 18 e 60 eram premiados com um ponto, ao passo que as mulheres desse grupo de idade eram premiadas com somente 0,75 pontos, sendo a discriminação pelo sexo mantida para os filhos. Essa norma, obviamente, discriminou as mulheres chefes de família, bem como aquelas famílias com grande número de filhas. Os critérios em relação à quantidade de experiência no trabalho agrícola também discriminavam todas as mulheres, uma vez que o trabalho agrícola das mulheres – seja como trabalho familiar não pago, seja como trabalhadoras assalariadas temporárias – tem sido bastante invisível e desvalorizado, e tem sido difícil para as mulheres provarem sua experiência na agricultura. (Deere, 2004, p. 184)

A ideia acima reforça a presença do patriarcado não apenas no campo, como também nos órgãos fiscalizadores do Estado.

No assentamento Eli Vive II, utiliza-se como exemplo, a formação do coletivo Sacolas Camponesas visa a sustentabilidade e a geração de renda no campo por meio da produção agroecológica. O projeto permite a autonomia financeira das mulheres e também o envolvimento feminino no âmbito político do assentamento, onde estas possuem papéis de destaque na organização.

As Sacolas Camponesas é o coletivo formado pelas mulheres do assentamento Eli Vive II, Campanha e Godoi (2017, p. 5), define-o como sendo:

O projeto tem como objetivo tecnificar as mulheres camponesas com práticas de produção agroecológicas e a inserção de sua produção no mercado de trabalho, buscando a autonomia e o empoderamento feminino da mulher camponesa e desconstruindo o patriarquismo tradicional que ainda assola nossa sociedade e principalmente as famílias no campo, no qual o homem é o que provém o sustento da casa, mesmo a mulher tendo papel significativo na divisão de trabalhos na lavoura.

Porém, ressalta-se a dupla jornada de trabalho vivenciada pelas mulheres que compõem o assentamento e participam do coletivo das Sacolas Camponesas. Em uma das visitas realizadas no assentamento, por meio das conversas realizadas, compreendeu-se que além das responsabilidades existentes, ambas possuem suas respectivas famílias e acabam por se desdobrarem entre os trabalhos domésticos (na

limpeza, cozinha e cuidado com seus filhos, netos, entre outros) e o trabalho remunerado.

A associação foi criada como meio de possibilitar a autonomia das mulheres camponesas, partindo do pressuposto que o projeto oportunizou a essas mulheres autonomia financeira, contribuindo para a diminuição da desigualdade econômica no assentamento. Além disso, as práticas agroecológicas contribuem para com o manejo dos recursos naturais de maneira sustentável, contribuindo para a preservação do meio ambiente.

Campanha e Godoi (2017, p. 4) dialogam sobre os anseios que culminaram no desenvolvimento desse projeto:

O projeto Sacolas Camponesas surge inspirada em proposta desenvolvida no campus de Três Lagoas da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), como uma tentativa de potencializar a sociedade como um todo em fortalecer relações com agricultoras familiares com os consumidores. A escolha do local a ser aplicado o projeto propõe a geração de renda para as famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, tendo como enfoque a unidade familiar agrícola e em particular as mulheres do campo, além de garantir acesso à mulher do campo a uma renda mensal.

Campanha e Godoi (2017, p. 4), também dão destaque para a maneira com a qual as culturas são escolhidas para serem cultivadas:

As camponesas entre elas determinam o que vão plantar conforme o calendário de planejamento de plantio, considerando suas delimitações quanto ao espaço físico a ser cultivado, visto que não são todos os lotes que dispõem de uma infraestrutura necessária para o plantio de hortaliças. Cada camponesa cultiva aquilo que ela futuramente consiga comercializar seja nas sacolas, desde que tenha qualidade e seja agroecológico. (Campanha e Godoi, 2017, p. 5)

A análise das autoras demonstra a preocupação das camponesas com as práticas sustentáveis de cultivo, respeitando a sazonalidade de culturas. O trecho citado destaca ainda os desafios enfrentados pelas camponesas em relação à falta da infraestrutura necessária para o desenvolvimento das hortas. Destaca também a autonomia em torno do processo de cultivo das diferentes culturas presentes nas sacolas.

Em relação aos meios de divulgação das Sacolas Camponesas, as mulheres criaram perfis de divulgação nas redes sociais *Facebook* e *Instagram*, (figuras 1 e 2) a partir dos quais divulgam os alimentos produzidos e os dias e locais de entrega. Além disso, há um número para contato no *Whatsapp*, a partir do qual é possível tirar dúvidas.

Figura 6 - Perfil do Facebook das Sacolas Camponesas



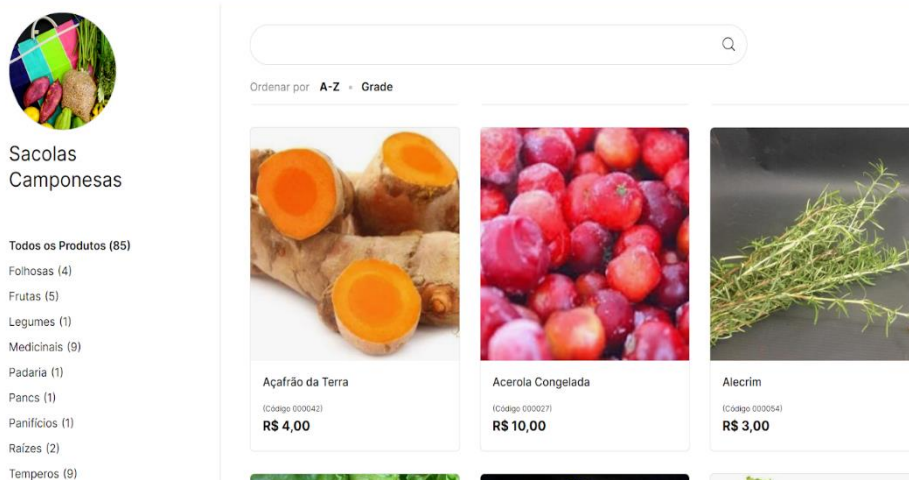
Fonte: A autora, 2024.

Figura 7 - Perfil das Sacolas Camponesas no Instagram



Fonte: A autora, 2024.

Os pedidos são realizados por meio de um link disponibilizado nos perfis das redes sociais ou pelo WhatsApp. Abrindo o link (figura 3), é possível selecionar os produtos e quantidades específicas, além de local e data para retirada.

Figura 8 - Site para a compra dos produtos do coletivo

Fonte: A autora, 2024.

As retiradas das sacolas são feitas todos os sábados no Espaço Araucária, localizado no centro da cidade de Londrina-PR. O coletivo também comercializa e entrega seus produtos na Feirinha da Cidadania, localizada no calçadão da Universidade Estadual de Londrina (UEL), duas vezes ao mês, e às quartas na entrada do Hospital Universitário (H.U.), localizado na zona leste de Londrina.

No próximo capítulo, serão realizadas as discussões em torno dos dados coletados a partir das visitas e das entrevistas realizadas com as camponesas do assentamento Eli Vive II, visando entender os papéis realizados e os desafios que elas enfrentam neste recorte espacial.

4 COLETIVO SACOLAS CAMPONESAS E O PROTAGONISMO FEMININO NO ELI VIVE II

Como já visto, as mulheres militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra desempenham importantes funções no cotidiano dos acampamentos e assentamentos do MST.

As discussões deste capítulo foram realizadas por meio da abordagem qualitativa e, conseqüentemente, com base nas entrevistas concedidas por duas assentadas pertencentes ao assentamento Eli Vive II e também à associação que compõe o coletivo das Sacolas Camponesas.

Durante as visitas, conversas e entrevistas buscou-se fugir de questionários que buscam respostas curtas, simples e fechadas. Optou-se por conversas e entrevistas semiestruturadas.

As conversas, mais informais, ocorreram com vários assentados (homens e mulheres), bem como com grande parte das integrantes do coletivo Sacolas Camponesas. Entretanto, para as entrevistas foram selecionadas duas participantes bastante ativas na organização das mulheres do assentamento. Além disso, elas dividem a liderança da associação de mulheres assentadas.

Sendo assim, este capítulo está dividido em três momentos: 1) No primeiro será apresentado o cotidiano das mulheres no assentamento Eli Vive II, sua organização e as ações desenvolvidas por elas no assentamento (capacitação profissional, atividades de socialização, o cultivo das hortaliças etc. 2) O segundo tópico é voltado à apresentação do percurso percorrido/vivido pelas mulheres entrevistadas, com objetivo de compreender suas origens e as motivações que culminaram na luta e posterior conquista dos lotes no assentamento Eli Vive II. Além disso, apresenta os impactos econômicos e sociais que as atividades do coletivo proporcionaram às integrantes. 3) Por fim, o terceiro tópico analisa as articulações políticas e as estratégias de resistência das mulheres frente ao sistema patriarcal, que também é muito presente em assentamentos e impacta o cotidiano das mulheres. Além disso, serão identificadas as limitações que o coletivo possui/enfrenta em relação à falta de infraestruturas necessárias, e como o MST promoveu o protagonismo feminino das mulheres.

4.1 ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO COLETIVO SACOLAS CAMPONESAS

As mulheres da associação/coletivo Sacolas Camponesas são moradoras do assentamento Eli Vive II. Elas são responsáveis por diferentes funções de cunho social, econômico e de práticas sustentáveis na agricultura.

Durante as visitas realizadas, buscou-se compreender como as mulheres criaram o projeto/coletivo e como inserem outras mulheres no grupo. Foi relatado por várias delas que, inicialmente, as mulheres do assentamento Eli Vive II não faziam parte do projeto, mas apenas as mulheres do Eli Vive I. Entretanto, o grupo de mulheres inicial alegou não haver perspectivas de retorno financeiro, o que fez com que estas saíssem do coletivo.

Desse modo, atualmente o grupo é composto por oito participantes mulheres que residem no assentamento Eli Vive II. No início, 40 mulheres compuseram o coletivo, mas as dificuldades relativas às vendas pela internet e à logística da entrega dos produtos fizeram com que a maioria das mulheres desistisse. Outro fator relevante para a desistência diz respeito ao machismo enfrentado pelas integrantes em seus respectivos lares, que será tratado nos tópicos seguintes.

Além das sacolas com hortifrúti e laticínios, o grupo fabrica pães, bolos e bolachas na sede do assentamento Eli Vive II. Recentemente, as mulheres conseguiram uma conquista importante para o desenvolvimento da panificadora. Uma camponesa entrevistada relatou com entusiasmo que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) havia liberado uma verba de R\$ 200.000,00 para a construção da panificadora em um terreno ao lado da sede do assentamento (figura 9).

Figura 9 - Área onde será construída a panificadora da associação de mulheres



Fonte: A autora, 2024.

A estruturação da panificadora irá possibilitar a ampliação da produção e das vendas, o que garantirá mais renda e autonomia às mulheres. Além disso, o novo espaço possibilitará maior organização coletiva.

Em conversa com as duas camponesas entrevistadas, foi perguntado sobre o início do processo de produção de pães e bolos da associação. Elas comentaram que a fabricação teve início por volta de 2021/2022, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a partir do qual grande parte de produção passou a ser destinada às escolas do distrito de Lerroville.

A panificadora surgiu através do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), e a uns três anos atrás a gente entregou bolo na escola. Por isso, temos que construir a panificadora na sede do Eli Vive II. Nós temos a licença, vistoria e tudo, mas daí não compensou e nós tivemos muito prejuízo, porque não era a gente que comprava os ingredientes e sim o pessoal da cooperativa do assentamento Eli Vive I. Não havia uma pessoa fixa, responsável por isso. Então eles não cotavam preços, só iam ao mercado, colocavam no caminhão e vinham pra cá. Por isso, os preços variavam muito. Houve meses que a gente trabalhou o mês inteiro e não tivemos lucro, só pagávamos os gastos. (Entrevistada 2, dezembro de 2024)

Com base no relato, foi possível perceber uma das maiores dificuldades enfrentadas pelo coletivo em relação à padaria: um local de fabricação e venda.

Ao serem questionadas em quais locais os pães e bolos são vendidos, foi relatado que são todos muito distantes da sede, como para clientes das sacolas camponesas na área urbana de Londrina (58km), na feira da Universidade Estadual de Londrina (53 km) e no mercadinho do assentamento do Eli Vive I (17km) (figura 10).

Figura 10 - Mercado do Eli Vive I



Fonte: A autora, 2024.

Outro ponto importante para o coletivo é o fato das mulheres que o compõem participam de cursos de capacitações com objetivo de melhorar a qualificação das trabalhadoras por meio de técnicas de cuidados e procedimentos com os alimentos, com as hortas, com as nascentes e com a vida financeira das mulheres.

Em uma das visitas feitas à moradia de uma camponesa, em dezembro de 2024, as mulheres pertencentes ao coletivo estavam reunidas, participando de uma oficina de produção de adubo orgânico Bokashi, momento este que estava sendo realizado em parceria com o Convênio Semeando Gestão e Fortalecendo a Organização Produtiva Sustentável (figuras 11, 12, 13 e 14), desenvolvido pela Itaipu Binacional e que tem por objetivo “[...] fortalecer os processos de gestão das cooperativas e de organização produtiva das famílias agricultoras, com ênfase na produção sustentável, para que elas tenham acesso a políticas públicas e mercados.” (ITAIPU Binacional, 2024, não paginado).

Figuras 11, 12, 13 e 14 - Oficina de produção de adubo orgânico - Bokashi



Fonte: A autora, 2024.

As imagens retratam um ponto importante, fizeram-se presentes na oficina não apenas as mulheres do coletivo, mas também alguns dos homens pertencentes às famílias (pais, maridos, irmãos e filhos). Nota-se que a capacitação extrapola o coletivo, beneficiando outros moradores, principalmente quando os cursos tratam de práticas agroecológicas. A atuação masculina no desenvolvimento destas práticas impacta positivamente todo o assentamento.

As mulheres também organizam/participam de reuniões sobre o progresso da panificadora do coletivo (que está em fase de projeto final). Em dezembro de 2024, estas se reuniram com os técnicos do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR) para discutir encaminhamentos relativos ao uso da verba para a panificadora (figura 15).

Figura 15 - Reunião da associação de mulheres com os técnicos do IDR Paraná



Fonte: IDR Paraná, 2024.

Em síntese, compreende-se a importância das parcerias existentes entre a associação das mulheres camponesas e os órgãos públicos, contribuindo para o fortalecimento econômico e social do coletivo. Tudo isso é fruto da articulação política das mulheres, que atuam dentro e fora do assentamento em busca de melhores condições de vida, de trabalho e de renda. Estas articulações também demonstram a importância que o Estado tem para a consolidação das iniciativas da população assentada.

4.1.1 Escala de Trabalho, Decisões Coletivas e as Redes Sociais

Ao longo das conversas com as camponesas, foi questionado a respeito da divisão do trabalho no coletivo Sacolas Camponesas. O objetivo era compreender como são realizadas a colheita, a separação em sacolas e as entregas.

Em relação à entrega no município de Londrina, as camponesas explicaram que o coletivo é composto por 8 mulheres. Por isso, a cada ida para a cidade de Londrina há uma escala com duas integrantes. As entregas ocorrem aos sábados em uma associação religiosa e no Hospital das Clínicas da Universidade Estadual de Londrina. Além disso, quinzenalmente, são realizadas entregas na Feira do Calçadão da UEL e no Calçadão do centro de Londrina.

O coletivo conta com um veículo Kombi adquirido com recursos próprios e com dinheiro arrecadado por meio de uma vaquinha online. É este veículo que transporta

as sacolas até os pontos de entrega. O motorista também é um assentado que ajuda as mulheres.

Em relação às tomadas de decisão, as duas representantes das mulheres afirmaram que há reuniões periódicas do coletivo para estabelecimentos de posicionamentos coletivos, estes espaços são de extrema importância para o fortalecimento do grupo, pois permite que todas as integrantes possam expor suas opiniões e desse modo, escolher o melhor caminho para o seu desenvolvimento. Da mesma forma, essa forma organizacional impede com que haja a concentração de decisões em uma só pessoa, tornando a associação justa e democrática. Essa informação foi confirmada pelas integrantes do coletivo durante as conversas.

Em ao marketing do grupo, uma entrevistada relatou que ele ocorre via redes sociais. Há uma responsável pelas divulgações e atualizações dos perfis do coletivo nas redes sociais (Facebook e Instagram), no site onde os clientes realizam suas compras e no WhatsApp, onde os clientes tiram dúvidas.

Segundo a responsável pelo marketing, durante a pandemia da Covid-19 (2020 a 2022) o número de seguidores e os contatos de clientes via redes sociais, site e WhatsApp aumentou significativamente. Além disso, durante o período pandêmico, surgiram duas pessoas interessadas em ajudar voluntariamente o coletivo no cuidado com a divulgação dos produtos da associação.

Inicialmente a parceria deu certo. Mas semanas depois os clientes começaram a reclamar da qualidade dos produtos que estavam sendo entregues. Eles alegavam que eles não haviam sido produzidos pelas mulheres do coletivo porque o link para o contato via WhatsApp não encaminhava para o número do grupo e sim para o contato das duas pessoas responsáveis. Assim, muitas das encomendas realizadas pelos clientes não estavam chegando às mulheres do assentamento e sim para as outras duas que não eram moradoras Eli Vive. Por isso, após uma reunião, a decisão do coletivo foi de encerrar a parceria e retomar o controle da comunicação e o marketing da associação.

A partir desta situação, dois pontos podem ser destacados: o primeiro diz respeito à interferência de pessoas que não fazem parte da dinâmica do assentamento e da vida no campo. O segundo é a relação de proximidade entre as mulheres do coletivo e os clientes. Foi graças ao alerta dos clientes que as camponesas perceberam o problema em relação à falta de comunicação.

O coletivo de mulheres também organiza eventos em prol da comunidade do assentamento. Essas ações ocorrem, geralmente, na sede do Eli Vive II e contam com parcerias para que possam acontecer. Um exemplo disso foi constatado durante uma das visitas ao assentamento, no dia 13 de outubro de 2024, quando uma festa comemorativa ao Dia das Crianças. Na ocasião, foram entregues brinquedos a mais de 80 crianças do Eli Vive II. A ação também contou com a colaboração do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Estadual de Londrina (UEL), juntamente com membros da torcida organizada do Londrina Esporte Clube (LEC) (figuras 16, 17, 18, 19).

Figuras 16, 17, 18 e 19 - Dia das crianças no assentamento Eli Vive II



Fonte: A autora, 2024.

O engajamento das mulheres é grande, seja na mobilização para a arrecadação de brinquedos, no preparo dos alimentos da festa (bolos, doces e salgados) ou na decoração temática dos eventos.

As ações sociais desenvolvidas por essas mulheres possibilitam momentos de confraternização entre os moradores do assentamento, além de construir memórias afetivas, não só entre as crianças e a comunidade como um todo, mas também com os envolvidos pela organização responsáveis para que momentos como esse possam

acontecer. Além disso, o posicionamento político das mulheres sempre está presente, seja nas mensagens expostas na decoração, em suas falas aos convidados e até nas letras das músicas tocadas nos eventos.

Os eventos fortalecem o coletivo, reúne a comunidade assentada e atrai novas participantes para o coletivo. Por isso, a atuação das mulheres vai muito além da produção de alimentos saudáveis e das práticas agroecológicas. Elas promovem a integração, a socialização e o ambiente democrático na comunidade como um todo.

4.1.2 Espaço de Cultivo e Colheita dos Produtos Agroecológicos

Durante as muitas conversas e entrevistas, foi possível conhecer as hortas de vários lotes, principalmente das mulheres integrantes do coletivo. Neste período a associação estava realizando uma “pausa” de final de ano. Mas o trabalho nos lotes continuava normalmente. Mas percebeu-se que as hortas não estavam tão cheias porque, para muitos cultivos, o período de colheita já havia passado e a fase era a de cuidados com o solo (figuras 20, 21, 22, 23, 24, 25).

Figuras 20, 21, 22, 23, 24, 25 – Locais de cultivo das hortaliças e das plantas medicinais



Fonte: A autora, 2024.

Por meio de adubos orgânicos, o solo é preparado para o próximo período de plantio.

Figuras 26 e 27 – Secagem do Feijão colhido no lote de uma das entrevistadas



Fonte: A autora, 2024.

Observou-se que as hortas agroecológicas das mulheres que compõem o coletivo possuem cercas vivas para barrar a entrada de agrotóxicos pulverizados nas lavouras de soja em fazendas vizinhas ao assentamento. Machado (2023, não paginado) aponta que “a cerca-viva pode formar uma barreira física para o cultivo orgânico, protegendo contra a deriva da aplicação terrestre de agrotóxicos em propriedades vizinhas.”

A partir das informações apresentadas até aqui, percebe-se os múltiplos papéis desempenhados pelas camponesas assentadas, em especial por aquelas pertencentes ao coletivo Sacolas Camponesas. Sobre esse debate, a pesquisadora Camila Ribeiro analisa que:

A partir do crescente protagonismo das mulheres do campo, seja por meio do crescente protagonismo na produção acadêmica ou da militância social, é possível compreender os papéis ocupados por elas no processo de produção agroalimentar. É importante destacar que as funções realizadas por mulheres são fruto de um processo histórico que organiza as relações sociais de acordo com o gênero, considerando o paradigma patriarcal e capitalista vigente. (Ribeiro, 2020, p. 2)

A análise de Ribeiro dialoga com os estudos sobre o reconhecimento da importância feminina na produção de alimentos saudáveis e do uso sustentável da terra. Além disso, é preciso reconhecer que tudo isso é resultado de um árduo processo de luta e resistência feminina no decorrer da história das mulheres, sobretudo as camponesas, uma vez que, quando pensado na divisão do trabalho traçado pelo sistema patriarcal, o trabalho feminino no campo foi invisibilizado.

Silva e Santos (2020), em um importante estudo sobre as mulheres do assentamento Bernardo Marin II, localizado no estado do Ceará, destacaram o protagonismo feminino na produção de alimentos agroecológicos, segundo eles:

As mulheres ocupam diversos espaços no campo, sendo protagonistas em inúmeras atividades relacionadas à agricultura, inclusive nos quintais agroecológicos. Haja vista, a mulher camponesa, historicamente, desempenhar um papel fundamental no processo de guardiã dos alimentos, uma vez que sua relação com a agricultura está atrelada também à soberania alimentar de sua família. (Silva e Santos, 2020, p. 3)

Transportando a análise para o caso específico do coletivo de mulheres do assentamento Eli Vive II, tais práticas desempenhadas por elas possibilitam que estas exerçam papéis de destaque no cotidiano do local onde se encontram. Elas estão à frente de várias articulações e ações do assentamento (articulações com o poder público local, ações sociais na periferia da cidade de Londrina, práticas

agroecológicas, e, principalmente no reconhecimento que a associação possui). Assim, atualmente, a participação/atuação das mulheres está bastante consolidada na escala local.

4.2 AS MULHERES NA PELA TERRA E NA TERRA

Neste tópico, busca-se compreender a trajetória das mulheres do coletivo por meio de questionamentos sobre suas origens e sua história de militância junto ao MST. Posteriormente, procurou-se entender como as mulheres veem a importância da autonomia financeira para emancipação feminina e fortalecimento do coletivo.

Durante as entrevistas foi solicitado que as mulheres refletissem sobre o percurso entre o início do primeiro acampamento que participaram até a conquista da terra no lote do assentamento Eli Vive II. Essa questão foi colocada porque é muito comum entre os militantes da luta pela terra que haja deslocamentos constantes, sobretudo na fase de acampamento. Mas, após longos anos de espera, muitos conseguem um lote.

Sobre esse debate, Oliveira (2014, 227-228), analisa que:

Para atingir seus objetivos, no entanto, é necessário que realizem um constante deslocamento territorial durante um longo período de tempo, já que os latifúndios considerados passíveis de serem desapropriados podem estar muito distantes do local de origem dos sem-terra. Não ficar estacionado no mesmo local também constitui uma ação tática que compõe o seu repertório de ações. Da incorporação ao MST até a conquista de um lote de terra, uma pessoa pode enfrentar mais de cinco anos de luta e percorrer mais de 2000 km.

A partir do trecho mencionado, nota-se a importância da categoria *território*, manifestado pelas relações de poder, perceptível no fragmento a partir do entendimento sobre o controle exercido pelos latifundiários sobre as grandes extensões de terra, marcado pela repressão e violência, culminando na peregrinação dos camponeses até a conquista efetiva da terra, além disso, o território se constitui como espaço de resistência e de política, pois é palco central do MST no combate contra a concentração de terras e pela conquista do direito ao acesso à ela, sendo importante para a exposição das desigualdades sociais do campo.

Esse debate em torno do deslocamento realizado pelos militantes do movimento, acima citado, ficou bastante claro na fala de uma das entrevistadas, que

relatou ter nascido no Paraguai, próximo a divisa com o Brasil, e que desde muita nova foi veiculada pela família à luta pela terra do MST. Em suas palavras:

Eu entrei para o MST em 2004, ainda criança, o primeiro acampamento que participei foi em Matelândia, localizada na região de Cascavel [PR]. Anos depois fui para o acampamento Brasileira (localizado no município de Faxinal [PR]. Em 2013 me mudei para um sítio aqui em Lerroville. Só em 2014 eu consegui ser assentada aqui. (Entrevistada 1, Dezembro de 2024)

Outra entrevistada, nascida no oeste paranaense, ao responder a mesma pergunta, contou:

Eu entrei no MST em 2002. Meu filho havia nascido em novembro de 2001. Em janeiro eu fui acampar. Só esperei terminar a dieta e já fui. Fomos para um acampamento em Cascavel [PR], onde havia mais de duas mil famílias. Não havia luz nem água encanada. Tínhamos que lavar as roupas na beira do rio. A luz era de vela ou de lampião. Tudo isso com uma criança recém-nascida. (Entrevistada 2, Dezembro de 2024)

Ao ser questionada sobre quanto tempo ficou nessa situação, ela prontamente respondeu:

Dois anos! Ficamos até 2004! De lá fomos para uma ocupação em outra fazenda. Nessa época eu estava grávida de quatro meses da minha segunda filha. Lembro-me das geadas no inverno. Ficamos nesse acampamento até 2008. De lá fomos para outra fazenda. Só depois viemos para cá, já em 2010. (Entrevistada 2, Dezembro de 2024)

O tempo para a conquista do lote no assentamento Eli Vive variou entre 10 e 12 anos de acampamento. Além disso, os constantes deslocamentos, muitas vezes entre longas distâncias, percorridas a pé, impossibilitava a organização de uma vida mais estável, inclusive para os filhos. Sobre tudo isso, uma entrevistada complementou afirmando que “até chegarmos nessa terra, teve muito sofrimento, muito. E muita luta, muita muita luta” (Entrevistada 2, Dezembro de 2024).

A última frase do depoimento da assentada é bastante importante, uma vez que a camponesa reforça a resistência, a resiliência, a esperança na luta política e na luta pela justiça social, pelo direito à terra, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas.

Em relação à busca pela autonomia financeira das mulheres do coletivo, as entrevistadas foram questionadas a respeito da importância das Sacolas Camponesas. A independência financeira das mulheres é extremamente importante porque promove a sua autonomia e o seu empoderamento para o enfrentamento as situações impostas pelo patriarcado.

Sobre a trajetória e importância do coletivo, uma entrevistada relatou que:

Em 2017, quando as mulheres do Eli Vive II assumiram o projeto, eu não tinha nada plantado aqui. Alguns vizinhos, que tinham pés de cebolinha, me

doaram algumas mudas. Aí, nós [as mulheres da associação] começamos o projeto. Mas vimos que dava renda mensal. Nós também começamos a participar de feiras e entregar em lugares dentro da UEL. Aí nós gostamos porque passamos a ter uma renda, mesmo que pouca ainda. Antes disso eu trabalhava para fora, fazendo diária, quebrando milho ou colhendo batata doce. Mas tudo isso não é igual a horta, né? Aqui a gente está em casa, vai lá mexe nela, volta para casa. Na diária não é assim. Você sai cedo e volta só de tarde. (Entrevistada 1, Dezembro de 2024)

Além disso, o coletivo é importante para as camponesas porque permite que elas passem a entenderem que os papéis desenvolvidos por elas também são importantes economicamente, como aponta Sales (2006, p. 439):

A organização das trabalhadoras estimula suas lideranças a pensar sobre as desigualdades de gênero, e, a partir desse olhar, as trabalhadoras começam a discutir sobre a invisibilidade do seu trabalho na agricultura familiar camponesa. As trabalhadoras rurais percebem que as atividades produtivas desenvolvidas no grupo familiar têm um significado econômico; não são simplesmente uma ajuda.

As associações femininas do campo promovem o protagonismo das mulheres e possibilitam maior equidade de gênero. Além disso, as mulheres passam a entender a importância do papel desempenhado no desenvolvimento econômico, territorial e social.

Durante uma entrevista, ao ser questionada sobre a independência econômica da associação de mulheres, ela aponta que:

Aqui no sítio temos a horta. Lá eu planto mandioca, planto feijão, planto de tudo. Mas, na maioria dos sítios, se o homem planta vassoura, é só vassoura, se planta soja, é de cima a baixo só soja. A mulher acaba não tendo outra coisa. Não há um espacinho para ela ter sua renda delas. Mas com as Sacolas Camponesas surgiu a oportunidade de nós produzirmos na horta. Agora temos mais alimentos, dentro e fora casa. Além disso, o marido não enche mais o saco por estarmos indo trabalhar fora, e também porque agora temos renda. (Entrevistada 1, Dezembro de 2024)

A fala da camponesa reforça a importância que o coletivo desempenha na vida das pessoas que o integram, contribuindo para a geração de renda e para o empoderamento dessas mulheres. E para além disso, o coletivo contribui muito para o processo de transição do assentamento para os cultivos agroecológicos.

4.3 DESAFIOS ENFRENTADOS PELO COLETIVO DE MULHERES DO ASSENTAMENTO ELI VIVE II

Muitos são os desafios enfrentados pelas mulheres do campo. As camponesas do assentamento Eli Vive II relataram várias dificuldades já analisadas anteriormente. Por isso, aqui, optou-se por analisar a questão do machismo oriundo de um sistema patriarcal antigo, mas que ainda está muito presente no espaço agrário, inclusive em territórios camponeses.

Como estas mulheres enfrentam os desafios cotidianos impostos pelo machismo? A atuação política e pedagógica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra para a valorização das mulheres do campo e o papel que ações afirmativas de gênero são fundamentais para o empoderamento das mulheres do campo.

Quando questionadas sobre a existência do machismo no assentamento, duas entrevistadas refletiram sobre ele enquanto problema social, mas direcionando a fala aos impactos no coletivo Sacolas Camponesas, neste momento, é possível perceber que, mesmo com o desenvolvimento do coletivo, os problemas existentes devido ao machismo vivenciado por elas continuam a permear o cotidiano destas camponesas:

Mesmo com o trabalho sendo realizado em casa, muitas mulheres tiveram problemas e saíram das Sacolas Camponesas, pois nós temos a montagem e a entrega das sacolas que são realizadas aos sábados e também temos a feira. Por isso, algumas não podiam ir por conta do marido. Ou iam duas mulheres e um homem. Se não fosse assim, elas não podiam sair de casa. (Entrevistada 1, Dezembro de 2024)

Uma segunda entrevistada disse que:

O número de companheiras que participam do coletivo caiu no decorrer do tempo. Iniciamos com quase quarenta, mas agora somos apenas oito mulheres. O motivo principal dessa diminuição é o machismo. Muitos maridos não gostam que as mulheres saiam para a entrega das sacolas. (Entrevistada 2, Dezembro de 2024)

Nota-se claramente o impacto do machismo na vida dessas mulheres. O coletivo Sacolas Camponesas também é um espaço de socialização e integração das camponesas. Além disso, promove a autonomia financeira das mulheres, que também foi um motivo identificado para a reação negativa dos maridos.

Percebe-se, portanto, na prática, como o sistema patriarcal ainda está vivo, e é forte nas relações do campo e afeta a vida das camponesas. Sobre essa questão, Falero e Farias (2017) analisam que o machismo no campo é um importante fator de impacto negativo na vida das mulheres que vivem no espaço agrário.

No processo de constituição da mulher como sujeito, há uma construção de inferiorização das mesmas, fundado pelo patriarcado e pelo sistema de relações que ele estabelece, o qual se pauta na hierarquização e em relações de poder que colocam as mulheres historicamente como as grandes agentes do problema no mundo. (Falero e Farias, 2017, 842)

Os depoimentos das entrevistadas ilustram, na prática, a análise dos autores. E esse conjunto (teoria e prática) exemplifica como o patriarcado atua no controle das mulheres e no exercício do poder, impondo limitações ao desenvolvimento e emancipação das mulheres. Essa desigualdade de gênero dificulta o desenvolvimento do protagonismo feminino.

É preciso ressaltar que o machismo ocorre de diferentes formas no campo, como apontam Falero e Farias (2017, p. 838):

Essa relação patriarcal tem manifestações em diversos âmbitos do campo, em episódios de violências psicológicas, morais e físicas, estabelecendo relações de dominação e inferiorização física e subjetiva das mulheres camponesas.

Por conseguinte, a violência de gênero pode assumir diferentes formas e faces. Nos casos relatados pelas entrevistadas, também pode ser enquadrada como psicológica e moral de homens sobre mulheres porque causa limitações às vítimas e as deixam dependentes dos maridos, impondo-lhes o papel de submissão e dependência.

Outra dificuldade atual enfrentada pelas mulheres é a aquisição de insumos para o coletivo.

Inicialmente, as Sacolas Camponesas era um projeto de extensão criado pela professora e geógrafa Eliane Tomiasi Paulino junto ao Departamento de Geografia (DGEO) da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Segundo Campanha e Godoy (2017), o projeto era financiado com recursos do Fundo Paraná, por isso, as camponesas não tinham custos com transporte ou insumos porque os mesmos eram adquiridos com a verba do projeto.

No início do projeto com a professora Eliane, nós não tínhamos gastos. Vinha uma kombi da UEL buscar nossos produtos aqui no assentamento e levava para Londrina. O motorista era da UEL e vinha toda quinta-feira. Nossa produção era entregue em uma sala da UEL. (Entrevistada 2, Dezembro de 2024)

Ressalta-se aqui a importância da parceria entre universidade e camponesas para a criação do coletivo. Além disso, os incentivos governamentais e as políticas públicas de desenvolvimento são fundamentais. Foi graças ao apoio institucional do

Estado a um projeto de extensão de uma professora da universidade que essas mulheres conseguiram dar os primeiros passos para a formação do coletivo, uma associação de mulheres desejada por elas desde a criação do assentamento.

Entretanto, com o término do projeto de extensão da UEL (cujo prazo de execução chegou ao fim), as mulheres começaram a enfrentar dificuldades logísticas. Mas se articularam politicamente e conseguiram estabelecer parcerias de fomento para a continuidade das Sacolas Camponesas, com destaque para a Itaipu Parquetec que apoia financeiramente a associação.

Uma entrevistada apontou outra dificuldade imposta ao coletivo: a manutenção do número de sacolas que o coletivo possui para a entrega dos produtos:

No início do coletivo, quando a entrega era feita na UEL, as meninas de lá que ficavam responsáveis pela entrega [...]. Quando os clientes iam retirar as verduras, eles precisavam estar com as sacolas deles. Mas nesse período a gente perdeu algumas sacolas. Algumas pessoas não levavam e a gente emprestava as nossas. Quando nós assumimos a entrega, perdemos mais sacolas ainda. Sempre foi assim, você traz sua sacola e a gente coloca as verduras na sua sacola, mas às vezes a pessoa fala: “Eu estava em tal lugar e não deu para trazer” e a gente acabava emprestando. Muita gente que pegou a sacola acabou perdendo. A gente já comprou sacolas, a gente já ganhou fomento da Cáritas e compramos cinquenta sacolas. Mas se nós hoje formos juntar tudo, não dá nem quarenta. (Entrevistada 2, Dezembro de 2024)

A falta de conhecimento de alguns clientes em relação às dificuldades do coletivo, e os problemas de organização e a falta de experiência das camponesas, acarreta mais despesas às mulheres, o que diminuiu a renda. Por isso, também é preciso sensibilizar as pessoas que consomem os produtos do grupo.

Uma entrevistada afirmou que, como forma de reduzir o prejuízo com a perda de sacolas em 2025, as mulheres irão vender sacolas de pano, fabricadas por uma das integrantes do grupo. Desse modo, além de não terem mais prejuízos, elas poderão incrementar a renda com o lucro da venda das sacolas.

Outro desafio enfrentado é a distância percorrida por essas mulheres até a cidade de Londrina. São cerca de 50 km, percorridos em aproximadamente uma hora e trinta minutos. Nas estradas rurais, é preciso diminuir muito a velocidade do veículo, por segurança das pessoas e da produção também, o que torna a viagem mais demorada. Além disso, na cidade de Londrina o trânsito é lento em virtude do excesso de veículos.

Por meio das visitas que foram realizadas ao Eli Vive II, vivenciou-se esta problemática que impacta não só a rotina profissional das mulheres, mas também seus afazeres em casa, com a família.

Cabe também analisar o preconceito enfrentado pelas mulheres em virtude de serem assentadas vinculadas ao MST, como ficou bastante claro na fala de uma das entrevistadas.

Falaram para mim assim: “O filho da mulher onde eu trabalho, disse que vocês não podem ficar postando que são do MST porque vocês só perdem cliente”. Eu disse a ele: “Se não tem MST, não tem sacolas, porque se não tem MST, nós não temos lote pra produzir os alimentos. Não tem como desvincular uma coisa da outra. São os dois juntos ou nada”. Nós moramos em um lote do MST! Vamos dizer que moramos onde, na praia? Eu sempre falo, se não fosse a luta não teríamos lote. (Entrevistada 1, Dezembro de 2024)

A partir do depoimento é possível mensurar o desafio cotidiano dessas mulheres. A partir do prejulgamento em relação ao MST, nota-se que já está impregnado na sociedade uma ideia oligárquica que prejudica o desenvolvimento das mulheres do coletivo. Por isso, reforça-se a necessidade de uma educação que mostre a importância dos movimentos sociais, alvos de campanhas difamatórias da mídia influenciada pelo agronegócio.

Contudo, cabe destacar que a fala da camponesa é firme e mostra seu orgulho de pertencer à luta pela terra. Durante as entrevistas, o orgulho de pertencer ao MST ficou bastante claro. Além disso, sempre destacavam a importância da luta coletiva para que todas as famílias sem-terra tenham um lote para viver e trabalhar produzindo alimentos saudáveis para todas as pessoas.

O MST também desempenha um papel fundamental na valorização das mulheres do campo e dos papéis por elas desempenhados nos acampamentos e assentamentos, como analisa Araújo (2024, não paginado):

Internamente no MST, as mulheres foram lutando para tornar visível sua militância. Desde a origem do movimento reivindicaram a inclusão da figura feminina na bandeira do movimento, símbolo maior da organização, demarcando a participação política da mulher. A identidade das Sem Terras também se expressa em outros símbolos usados por elas, como o boné do MST que é usado por todos/as, e o lenço de chita com que cobrem os cabelos ou parte do rosto quando os aromas de março conclamam seus esforços.

A citação, retirada do site oficial do MST, reafirma a importância das mulheres e reconhece a importância que estas desempenham na organização, articulação e ações do movimento.

Araújo (2024, não paginado) destaca também a importância das camponesas desde as primeiras ações do movimento. Segundo ela:

O protagonismo feminino contribuiu significativamente para o avanço organizativo do movimento. Já nas primeiras ocupações de terra a presença das mulheres e das crianças impactou no sentido de sensibilizar a sociedade quanto ao problema da exclusão e desterritorialização das famílias sem-terra e ao mesmo tempo tencionou o governo a agir por conta da dimensão da violência que os ruralistas poderiam chegar.

As mulheres sempre foram fundamentais no movimento. Além da força e da resistência junto aos acampamentos, elas sempre estiveram na linha de frente da luta por justiça social e o direito à terra.

O movimento possui espaços de debates em torno da questão de gênero e, no decorrer dos anos, foi articulando um coletivo de resistência feminina, que promove encontros, eventos e treinamentos para promover o protagonismo feminino. Para Araújo (2024, não paginado):

As mulheres avançam, impulsionam o fortalecimento do acúmulo de forças do movimento de massas, e da luta de classe. Seja nos assentamentos ou nos acampamentos, elas estão construindo a agroecologia, produzindo alimentos saudáveis, trazendo junto a luta pela Reforma Agrária Popular, o enfrentamento às opressões e a exploração, e a defesa da vida com dignidade. A organicidade do MST só é o que é devido o olhar feminino pautando temas profundos da existência humana, como educação, saúde, cuidado com a infância, combate às opressões de gênero, a agroecologia, a soberania alimentar. Em grande medida estes temas trouxeram a necessidade de repensar a estrutura política da organização, ressaltando na criação de novos coletivos, setores, frentes, e novas práticas formativas.

Em suma, o trecho reafirma a ideia da importância das mulheres e do protagonismo feminino na luta pela terra e na terra, tendo em vista que as mulheres são protagonistas também na organização e consolidação dos assentamentos rurais conquistados pelo movimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é marcado pelas lutas territoriais do campo. No entanto, ainda há uma forte presença do patriarcado nas tomadas de decisões do movimento. Muitas relações sociais (nas ocupações, nos assentamentos ou nas mobilizações do MST) ainda evidenciam como o patriarcado é forte. Sendo assim, as mulheres reivindicam reconhecimento por suas ações dentro do movimento, iniciando pelo trabalho de acolhimento, organização e mobilização.

Especificamente em relação ao Coletivo Sacolas Camponesas, entende-se a importância da luta das mulheres em busca dessa equidade de gênero no campo. Suas lutas foram essenciais para que as lideranças do assentamento as ouvissem nas tomadas de decisão, modificando a realidade local, permitindo com que haja protagonismo feminino as mulheres que ao coletivo pertence.

As mulheres do coletivo também desempenham papel de destaque quando o assunto são as práticas agroecológicas na produção de alimentos, possibilitando que o assentamento seja destaque na venda de produtos agroecológicos, além de exercer importante função na produção de pães e bolos na panificadora para a venda no mercadinho do Eli Vive I. Além disso, por meio do trabalho com a produção e comercialização as mulheres conquistaram autonomia financeira, passando também a contribuir com as despesas em suas moradias. Estas iniciativas permitem com que haja o consumo de alimentos saudáveis e livre de agrotóxicos no assentamento, contribuindo para com a conscientização da população assentada sobre a importância das práticas agroecológicas para a saúde humana e manutenção do ambiente.

Por meio da exposição do trabalho realizado pelas mulheres do assentamento Eli Vive II, conclui-se que estas são símbolos de luta e resistência no combate às desigualdades do campo, seja no acesso à terra, como também na emancipação dessas mulheres no campo, uma vez que estas possuem papéis de protagonistas que lhes foram oportunizados devido a estruturação do coletivo agroecológico. O projeto das Sacolas Camponesas permitiu que estas mulheres ressignificarem os papéis desempenhados por elas no assentamento.

Porém, como a pesquisa apontou, ainda há desafios a serem enfrentados por essas mulheres. A desconstrução do machismo é uma afronta para o patriarcado, que muitas vezes reage com mais violência de gênero, tentando voltar as camponesas à

invisibilização. Por isso, é importante que as assentadas continuem lutando pela equidade de gênero nos assentamentos, promovendo situações e espaços de sensibilização e debate em torno do reconhecimento do trabalho feminino.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Nicolas Vinicius Cesário de. **Inauguração da Escola Municipal Campo Trabalho e Saber**. Londrina, 2024.

ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. **MST: Aromas de Março - Mulheres Sem Terra rompendo cercas fazendo história: 40 anos de MST**. Disponível em: <https://mst.org.br/2024/01/08/mulheres-sem-terra-rompendo-cercas-fazendo-historia-40-anos-de-mst/>. Acesso em: 20 jan. de 2025.

ARAÚJO, Lorna Beatriz Negreiros de. Das origens do patriarcado ao surgimento do movimento feminista: a conscientização da mulher e a quebra de estereótipos machistas. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 3, p. 1863-1881, 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/4779>. Acesso em: 15 mar. 2024.

ARAÚJO, Vanda Almeida da Cunha. Os sentidos da escolarização para mulheres no rural de Feira de Santana-BA: narrativas de trajetórias e sonhos de mulheres da EJA. Mestrado acadêmico em educação, UEFS, 2014. Disponível em: <http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/85>. Acesso em: 31 mar. 2024.

BAPTISTA, Francisca Maria Carneiro. **Educação Rural: das experiências à política pública**. Brasília: NEAD, 2003.

BONI, Valdete. MMC um movimento camponês e feminista. **Revista Grifos**, [S.L.], v. 22, n. 34/35, p. 67-68, 5 nov. 2014. Revista Grifos. <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v22i34/35.1259>.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. Tradução, Maria Helena Kühner - 22ª edição, Rio de Janeiro, Difel, 2023.

BRASIL. **Lei 4504 de 30 de novembro de 1964**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504compilada.htm. Acesso em: 12 jun. 2024.

CALAÇA, Michela. Feminismo Camponês Popular: contribuições à história do feminismo. **RURIS (Campinas, Online)**, v. 13, n. 1, outubro de 2021, p. 29-66, Disponível em: 10.53000/rr.v13i1.4433. Acesso em: 07 abr. 2024.

CALAÇA, Michela Katiuscia. Feminismo camponês popular: integração de lutas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, [S.L.], v. 31, n. 1, 2023, p. 01-34. Disponível em: http://dx.doi.org/10.36920/esa31-1_st04. Acesso em: 29 ago. 2024.

CALDARELLI, Carlos Eduardo; CAMARGO, Eliezer Ferreira. Análise do perfil socioeconômico e produtivo dos assentamentos Eli vive I e II em Londrina - PR. **Expressa Extensão**, v. 28, n. 2, p. 17-34, 22 abr. 2024.

CAMPANHA, Thiara Gonçalves; GODOI, Alene Mariana Silva de. Projeto Sacolas Camponesas: a busca de autonomia, tecnificação e inclusão mercantil da mulher

camponesa - uma discussão geográfica. **Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária**, Curitiba, Paraná, 2017. Disponível em: https://singa2017.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/12/gt04_1506884521_arquivo_artigofinalizado-singa2017.pdf. Acesso em: 28 nov. 2024.

CAVALCANTI, Manuella Paiva de Holanda; LIMA, Eden Erick Hilário Tenório de. Marcha das Margaridas: participação política, empoderamento e movimento social em rede das mulheres do campo e da floresta. **ACENO**, v. 3, n. 5, p. 94-107, jan.-jul., 2016.

CLOC. La Vía Campesina. **Quem Somos?** 2010. Disponível em: <https://cloc-viacampesina.net/quienes-somos>. Acesso em: 19 nov. 2023.

COLLINS, Patricia Hills; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONTE, Isaura; CALAÇA, Michela; TABORDA, Noeli. Welter. Divisão sexual do trabalho. In: MEZADRI, Adriana Maria; CIMA, Juliana Inês; TABORDA, Noeli Welter; Gasparetto, Sirlei Antoninha Kroth; COLLET, Zenaide. **Feminismo camponês popular: reflexões a partir de experiências do movimento de mulheres camponesas**. São Paulo, Outras Expressões, 2020. p. 123-132.

CORADIN, Cristiane; SCHWENDLER, Sônia Fátima. Histórias de vida de mulheres Sem Terra: divisão sexual do trabalho na agroecologia. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 31, n. 2, p. 01-14, 2023.

COTRIN, Luisa Rabioglio; TEIXEIRA, Marilane Oliveira; PRONI, Marcelo Weishaupt. Desigualdade de gênero no mercado de trabalho formal no Brasil. Unicamp. Campinas, n. 383, jun. 2020, p. 1-28. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD383.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, n. 1, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 mar. 2024.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 12, n. 1, p. 175-204, abr. 2004. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2004000100010>.

DUARTE, Giovana; SPINELLI, Letícia Machado. Estereótipos de gênero, divisão sexual do trabalho e dupla jornada. **Revista Sociais & Humanas**, v. 32, n. 2, p. 126-145. Disponível em: <https://core.ac.uk/reader/270299340>. Acesso em: 24 mar. 2024.

FALEIRO, Wender; FARIAS, Magno Nunes. Inclusão de mulheres camponesas na universidade: entre sonhos, desafios e lutas. **Educação e Pesquisa**, [S.L.], v. 43, n.

3, p. 833-846, set. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-9702201707168124>.

FAO - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. World Programme for the Census of Agriculture 2020 vol. 1 Programme, concept and definitions. Roma: FAO, 2015. FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação. **Atlas de las Mujeres Rurales de América Latina y el Caribe: al tiempo de la vida e los hechos**. Santiago-Chile: FAO/RCL. 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i7916s.pdf>, acesso em 10 de outubro de 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Que Reforma Agrária? **Geo UERJ** - Revista do Departamento de Geografia, UERJ - Rio de Janeiro, n. 6, p. 7-15, 1999.

FOUCAULT, Michael. Microfísica do poder. São Paulo: **Paz & Terra**, 2021.

GEHLEN, Maria Eloá; CHERFEM, Carolina Orquia. Violência doméstica no campo: inexistente ou invisível? In: Artigo Eixo Temático: (Re)discutindo sexualidade: corpo, prazer e desejo em tempos conservadores, **Interthesis**, v. 18 n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/75244/46593>. Acesso em: 02 abr. 2024.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, [S.L.], v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782011000200005>. Acesso em: 09 dez. 2024.

GONÇALVES, Renata. (Re)politizando o conceito de gênero: a participação política das mulheres no MST. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 198-216, 2009.

GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de gênero e sexualidade. **Revista Antropologia em Primeira Mão**, 1998.

GUEDES, Rebeca Nunes; SILVA, Ana Tereza Medeiros Cavalcanti da; FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. A violência de gênero e o processo saúde-doença das mulheres. In: **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, UFRJ, v. 13, 2009, p. 625-631. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-81452009000300024>. Acesso em: 07 abr. de 2024.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. São Paulo, Bertrand Brasil, 2004.

HERNANDÉZ, Delmi Tania Cruz. Mulheres: Corpos e Territórios: Entre a defesa e a despossessão. In: Organização: HERNANDÉZ, Delmi Tania Cruz; Jiménez, Manuel Bayón. Tradução: SEABRA, Joana Emmerick; VASCONCELOS, Joana Salém; MAGALHÃES, Lina P. Machado; SILVEIRA, Manuela M.M; SILVA, Sislene Costa da. **Corpos, Territórios e Feminismos: Compilação latino-americana de teorias metodologias e práticas políticas**. São Paulo: Elefante, 2023. p. 51-66

HORA, Karla; NOBRE, Miriam; BUTTO, Andrea. Mudança climática, energia e meio ambiente: As mulheres no censo agropecuário 2017. Associação Brasileira de

Reforma Agrária - **Friedrich Ebert Stiftung**, Maio de 2021 Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/17954-20210816.pdf>. Acesso em: 1 ago. de 2024.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017: Brasil - Gênero dos Produtores**. 2019. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/genero.pdf. Acesso em: 29 mar. 2024.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. **Reforma agrária popular e a luta pela terra no Brasil**. 2020. Disponível em: https://thetricontinental.org/wp-content/uploads/2020/04/20200328_Dossier-27_PT_Web.pdf. Acesso em: 13 jun. 2024.

ITAIPU BINACIONAL. **Convênio de Assistência Técnica e Extensão Rural de Itaipu e PTI vai beneficiar 2.500 famílias agricultoras**. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/convenio-de-assistencia-tecnica-e-extensao-rural-de-itaipu-e-pti-vai-benefi>. Acesso em: 12 de jan. 2025.

JUSTIÇA ELEITORAL. **TSE Mulheres**. Disponível em: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/tse-mulheres/>. Acesso em: 24 mar. 2024.

LINS, Letícia. **O Globo - Alexina, a militante que conviveu com Fidel, Che e Mao Tsé-Tung**. 2012. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/alexina-militante-que-conviveu-com-fidel-che-mao-tse-tung-4651825>. Acesso em: 28 ago. 2024.

LORENZZONI, Carmen; RODRIGUES, Sandra Marli da Rocha; SANTOS, Sirley Ferreira dos. Enfrentamento a violência contra a mulher. In: MEZADRI, Adriana Maria; CIMA, Juliana Inês; TABORDA, Noeli Welter; Gasparetto, Sirlei Antoninha Kroth; COLLET, Zenaide. **Feminismo camponês popular: reflexões a partir de experiências do movimento de mulheres camponesas**. São Paulo: Outras Expressões, 2020.p. 145-158.

LORENZONI, Carmen; SEIBERT, Iridiani Gracieli; COLLET, Zenaide. Movimento de Mulheres Camponesas: Veredas de muitas histórias. In: MEZADRI, Adriana Maria; CIMA, Juliana Inês; TABORDA, Noeli Welter; Gasparetto, Sirlei Antoninha Kroth; COLLET, Zenaide. **Feminismo camponês popular: reflexões a partir de experiências do movimento de mulheres camponesas**. São Paulo: Outras Expressões, 2020.p. 13-31.

LOYOLA, Larissa Castro. As Camponesas: a auto-organização das mulheres na produção agroecológica. **Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia**, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, n 2, 2020. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/6021/4677>. Acesso em: 27 nov. 2024.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: Holanda, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro, Bazar do tempo, não paginado. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras_digitalizadas/heloisa-buarque-de-hollanda-pensamento-feminista

hoje_-perspectivas-decoloniais-bazar-do-tempo-_2020.pdf. Acesso em: 30 out. 2024.

LUGONES, María. **Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System**. Hypatia, v. 22, n. 1, p. 186-209, 2007.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 22, n. 3, p. 935–952, 2014. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 31 jan. 2025.

MACHADO, Anderson Wolf. **Agro link: O uso de cerca-viva / quebra-vento para o tomate orgânico**. Disponível em: https://www.agrolink.com.br/culturas/tomate/informacoes-da-cultura/manejos-culturais/o-uso-de-cerca-viva---quebra-vento-para-o-tomate-organico_483388.html. Acesso em: 21 jan. 2025.

MARCHA DAS MARGARIDAS. **Margaridas em Marcha 2023**. Disponível em: <https://www.marchadasmargaridas.org.br/>. Acesso em: 24 ago. 2023.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. **Quem Somos?** Disponível em: <https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/quem-somos/>. Acesso em: 25 ago. 2023.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A Questão Agrária no Brasil: da colônia ao governo Bolsonaro**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais do campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis, vozes, 1981.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova - Revista de Cultura e Política**, [S.L.], n. 17, p. 49-66, 1989. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-64451989000200004>. Acesso em: 29 abr. 2024.

MONTELO, Maria Alzerina Carneiro; SILVA, José Jonas Borges da; TEODORO, Kátia Gomes de Sousa Di; AZAR, Zaira Sabry. A AGROECOLOGIA NA REFORMA AGRÁRIA: a experiência das mulheres no assentamento Cristiana Alves - Itapecuru Mirim - Maranhão. **IX Jornada Internacional de Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão**, São Luís - MA, 2019, não paginado.

MORAIS, Clodomir Santos de. **A história das Ligas Camponesas do Brasil**. Brasília, Editora Lattermund, 1997.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da Luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. O feminismo Camponês e Popular, a identidade da mulher rural e o mundo operário. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/03/11/o-feminismo-campones-e-popular-a-identidade-da-mulher-rural-e-mundooperario/>. Acesso em: 16 mai. 2021.

MST. **O MST: nossa história**. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/84-86/>. Acesso em: 11 jul. 2023.

MST. **Alexina sempre se manteve firme no seu compromisso com a classe trabalhadora.** 2013. Disponível em: <https://mst.org.br/2013/11/18/alexina-sempre-se-manteve-firme-no-seu-compromisso-com-a-classe-trabalhadora/>. Acesso em: 28 ago. 2024.

MUNARINI, Ana. Elsa; CINELLI, Catiane; CORDEIRO, Rosângela. Piovizani. A luta das mulheres camponesas: da invisibilidade para sujeitos de direitos. In: MEZADRI, Adriana Maria; CIMA, Juliana Inês; TABORDA, Noeli Welter; Gasparetto, Sirlei Antoninha Kroth; COLLET, Zenaide. **Feminismo camponês popular: reflexões a partir de experiências do movimento de mulheres camponesas.** São Paulo: Outras Expressões, 2020, p. 33-48.

MUNIZ, Roberto Silva. A fabricação de uma história monumental para Elizabeth Teixeira. **Anais do X Encontro Nacional de História Oral - Testemunhos: História e Política.** Recife, 26 a 30 de abril de 2010, UFPE. Disponível em: https://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270417532_ARQUIVO_AFABRICACAODEUMAHISTORIAMONUMENTALPARAELIZABETHTEIXEIRA.pdf. Acesso em: 28 ago. 2024.

NOVAIS, Adriana; BRUNETTO, Atiliana; JULCA, Lisbert. **Cultivar afeto, derrotar as violências.** Editora Lutas Anticapital: Marília, 2021.

OBSERVATÓRIO DA QUESTÃO AGRÁRIA DO PARANÁ. **Atlas da Questão Agrária do Paraná: Diálogos em construção.** Marechal Cândido Rondon, Territórios e Resistências, 2021. Disponível em: <http://questaoagrariapr.blogspot.com/p/atlas-daquestao-agraria-no-parana.html>. Acesso em: 04 nov. 2024

OLIVEIRA, Caroline; SHIMOMURA, Vitor. Salvando nascentes e fazendo agroecologia: conheça o assentamento Eli Vive, do MST no Paraná. **Brasil de Fato.** Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/18/conheca-o-assentamento-do-mst-eli-vive-no-parana-que-recebera-lula-neste-sabado-19>. Acesso em: 27 jan. 2025.

OLIVEIRA, Valter Lúcio de. O assentamento como terra de missão: Religião e processos de territorialização dos Sem-terra no Rio Grande do Sul, BRASIL. **Século XXI**, Revista de Ciências Sociais, v.4, no 1, p.226-259, jan./jun. 2014.

OYĖWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Volume 1, Dakar, **CODESRIA**, 2004, p. 1-8.

PAIM, Elison Antonio; GASARETTO, Sirlei Antoninha Kroth. Aspectos da construção histórica do Movimento de Mulheres Camponesas e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra em Santa Catarina. **Cadernos do CEOM** - Ano 20, n. 27 - Lutas pela terra, Chapecó, 2007, p. 211-245.

PIRES, Marília Freitas de Campos. **Education and the historical and dialectical materialism.** Interface: Comunicação, Saúde, Educação, v.1, n.1, 1997.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2005. Disponível em: https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 01 nov. 2024.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMIRO, Larissa Cristina Figueiredo. **A Geografia na Gestão Territorial: a produtividade do Coletivo das Camponesas no Assentamento Eli Vive, Londrina/PR, Londrina/PR**. 2022. 77 folhas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.

RIBEIRO, Camila. MULHERES DO CAMPO E PRÁTICAS DE CUIDADO: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE SOBRE AGROECOLOGIA E SAÚDE. Cadernos de Agroecologia, **Anais do 3º Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia** – Vol. 15, Nº 3, 2020, p. 1-9.

ROCHA, Ana Beatriz. **G1 - Elizabeth Teixeira: primeira mulher a liderar uma Liga Camponesa é fonte de inspiração na luta agrária**. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2022/03/08/elizabeth-teixeira-primeira-mulher-a-liderar-uma-liga-camponesa-e-fonte-de-inspiracao-na-luta-agraria.ghtml>. Acesso em: 27 ago. 2024.

ROSSINI, Rosa Ester. **Geografia e Gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista**. Tese (Livre Docência em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

ROSSINI, Rosa Ester. Geografia e Gênero: recuperando a memória de uma pesquisa sobre a força de trabalho na agricultura canavieira na macroárea de Ribeirão Preto (SP-Brasil) 1977-2008. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 1, n. 1, Ponta Grossa, 2010. Disponível em: 10.5212/RIagg.v.1.i1.121133. Acesso em: 11 abr. 2024.

ROSSINI, Rosa Ester. O trabalho da mulher na agricultura canavieira altamente tecnificada e capitalizada: São Paulo/Brasil. *In: Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira (Org.). América Latina: cidade, campo e turismo*. São Paulo: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Dossiê: Feminismo em Questão, Questões do Feminismo**. N. 16, 2001, p. 115-136. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/gMVfxYcbKMSHnHNLrqwYhkL/>. Acesso em: 24 mar. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SALES, Celecina de Maria Veras. MULHERES RURAIS: TECENDO NOVAS RELAÇÕES E RECONHECENDO DIREITOS DIREITOS. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 15(2): 437-443, maio-agosto/2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/zxBLWVLxQwRGT8zgC6fGqdF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 de jan. de 2025

SANTOS, Iolanda Araújo Ferreira dos; BETTO, Janaina. Movimentos Sociais Rurais e Feminismos: percursos e diálogos na construção do feminismo camponês e popular. **Revista Caderno Crh**, v. 34, 2021, p. 1-18.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Edusp, 2020.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções de território**. 5ª Edição - Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020

SAQUET, Marcos Aurelio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

SCHWADE, Elisete; PAIVA, Irene Alves de. Nas Resistências: ação política, jovens e mulheres no MST e em assentamentos rurais. **Vivência - Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 1, n. 43, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/6805>. Acesso em: 29 ago. 2024.

SILVA, Cristiani Bereta da. **Homens e Mulheres em Movimento**: relações de gênero e subjetividade no MST. Florianópolis: Momento Atual, 2004.

SILVA, Edcleide da Rocha; SANTOS, Déborah Murielle Sousa. As Ligas Camponesas e a luta que marca os movimentos organizados do campo. In: MEZADRI, Adriana Maria; CIMA, Juliana Inês; TABORDA, Noeli Welter; Gasparetto, Sirlei Antoninha Kroth; COLLET, Zenaide. **Feminismo Camponês Popular: reflexões a partir de experiências do Movimento das Mulheres Camponesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2020, p. 63-73.

SILVA, Edcleide da Rocha; RAUBER, Ana Cláudia. Sementes de Resistência: Caminho para a produção de alimentos saudáveis. . In: MEZADRI, Adriana Maria; CIMA, Juliana Inês; TABORDA, Noeli Welter; Gasparetto, Sirlei Antoninha Kroth; COLLET, Zenaide. **Feminismo Camponês Popular: reflexões a partir de experiências do Movimento das Mulheres Camponesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2020, p. 99-110

SILVA, Jardel Sousa da; SANTOS, Camila Dutra dos. GÊNERO, TERRITÓRIO E AGROECOLOGIA: AS GUARDIÃS DA VIDA NOS QUINTAIS EM TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA DO ASSENTAMENTO BERNARDO MARIN II. Cadernos de Agroecologia, **Anais do 3º Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia** – Vol. 15, Nº 3, 2020, p. 1-10.

SILVA, Joseli Maria.; ORNAT, Marcio. José.; CHIMIN JUNIOR, Alides. Baptista. ‘Não me chame de senhora, eu sou feminista!’ Posicionalidade e reflexibilidade na produção geográfica de Doreen Massey. **GEOgraphia**, v. 19, n. 40, p. 11-20, 2017.

SILVA, Joseli Maria; CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; PINTO, Vagner André Moraes. GÊNERO E GEOGRAFIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE SOBRE O TENSIONAMENTO DE UM CAMPO DE SABER. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 11, n. 15, p. 185–200, 2017. DOI: 10.5418/RA2015.1115.0007. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/6452>. Acesso em: 4 nov. 2024.

SILVA, Joseli. Maria. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, v. 8, n. 1, p. 31-45, 2003.

SILVA, Maria Claudia Ferreira da. **Marcha das Margaridas**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2014.

SOARES, Thalita Maciel. Mandacaru: uma reflexão sobre a trajetória de Alexina Crêspo utilizando o cinema como fonte. **Anais do 30º Simpósio Nacional de História**. Recife, 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1553107862_ARQUIVO_Mandacaru_arepresentacaodeAlexinaCresponoCinema_ThalitaMaciel_1.pdf. Acesso em: 29 ago. 2024.

SOUZA, José Otávio Catafesto de. O sistema econômico nas sociedades indígenas guaranis pré-coloniais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 8, n. 18, p. 211-253, dezembro de 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/vsrdtpXSFx7D6L3VqrRFRrz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 nov. 2024.

SOUZA, Mylena. Rodrigues. Oliveira.; BRASILEIRO, Robson. Soares. Trabalho feminino no meio rural: o convencional “perfume” do invisível. **Extensão Rural**, v. 30, p. 1-19, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/69384>. Acesso em: 30 mar. 2024.

TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emilia; MENEZES, Marilda. As Ligas Camponesas na Paraíba: um relato a partir da memória dos seus protagonistas. **RURIS (Campinas, Online)**, Campinas, v. 5, n. 1, 2011. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/16846>. Acesso em: 23 jul. 2024.